Março 2014 • Ano 4 • Número 13

TRANSPARÊNCIA

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Desafio do tamanho do Brasil

Falta de treinamento dificulta convergência do setor público

"O apocalipse não está na esquina"

Entrevista exclusiva do ex-ministro Delfim Netto

O maior evento de Contabilidade e Auditoria Independente do Brasil vem aí...

4ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE E AUDITORIA INDEPENDENTE

Comunicação Ibracon

18 e 19 de Agosto de 2014
Amcham Business Center
São Paulo – SP

Informações e Investimento:
www.ibracon.com.br/conferencia
*Confira as condições especiais para associados Ibracon

Vagas limitadas

Referência em Contabilidade e Auditoria Independente

A 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente promovida pelo Ibracon abordará os assuntos atuais mais impactantes para os profissionais da área.

Responsabilidade do auditor, atualidades das IFRS, novo Relatório do Auditor Independente, transparência das PMEs são alguns destaques deste grande evento.

Faça já a sua inscrição!

Contato:
Tel: (11) 3372-1223 | cursos@ibracon.com.br
www.ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

6 "O apocalipse não está na esquina"
O ex-ministro Delfim Netto diz que não há crise

16 Profissão em alta
Executivos com formação contábil têm mais sucesso no mercado

22 Desafio do tamanho do Brasil
Carência de pessoal treinado dificulta a convergência pública

26 MP 627 continua em debate
Acompanhe o andamento das discussões da medida provisória

28 Sinal amarelo
Abrasca pede debate mais amplo sobre novo Código Comercial

30 Mobilização freia medida negativa ao setor
Entidades derrubam proposta que elevaria carga tributária das empresas de serviços

32 Revelam ou ocultam?
Reguladores aprofundam análise da qualidade das notas explicativas

36 Educação continuada
Oportunidade para as FAPMP

37 CFC aperfeiçoa educação continuada
Novo texto da NBC PA 12 flexibiliza regras

38 Mais atenção aos menores
Novo presidente do CFC quer expandir a educação continuada

43 Ibracon participa do Conselhinho
Instituto subsidia decisões do órgão

44 Prêmio Transparência anuncia vencedores
Selecionados ganharam uma viagem a Londres

45 Vem aí a 4ª Conferência do Ibracon
Veja a programação do maior evento da área no Brasil

46 Opinião
Lei anticorrupção: divisor de águas para os negócios

48 Com a contabilidade no sangue e na alma
Família Szuster carrega as Ciências Contábeis no DNA

50 Sintonia fina
Ibracon emite três novos comunicados técnicos

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

A Revista Transparência Ibracon
é uma publicação trimestral do
Ibracon – Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil
Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 8º e 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel/Fax: (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

Conselho de Administração
Adeildo Osório de Oliveira
Adelino Dias Pinho
Antônio Carlos de Castro Palácios
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Edmar Sombra Bezerra
Fernando Dantas Alves Filho
Guy Almeida Andrade
Jorge Luiz Canabarro Menegassi
Juarez Lopes de Araújo
Marcelo de Deus Saweryn
Marcelo Galvão Guerra
Marco Aurélio Cunha de Almeida
Mário Vieira Lopes
Paolo Giuseppe Araújo
Paulo Buzzi Filho
Pedro Augusto de Melo
Ricardo Julio Rodil

Diretoria Nacional
Presidente
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Diretor Técnico
Idésio da Silva Coelho Júnior
Diretor de Administração e Finanças
Eduardo Affonso de Vasconcelos
Diretor de Desenvolvimento Profissional
Carlos Alberto de Sousa
Diretor de Regionais
Paulo Cézar Santana
Diretor de Comunicação
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Diretor de FAPMP
Adriano Roberto Legnari Faria

Superintendente
Marco Aurelio Fuchida

Conselho Editorial
Adelino Dias Pinho
André Luiz Bufoni
Antonio Duarte Carvalho de Castro
Fernanda Queiroz Rivelli
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Heloisa Helena Montes
Henrique José Fernandes Luz
Iran Siqueira Lima
Jorge Alberto da Cunha Moreira
Juarez Lopes de Araújo
Marco Aurelio Fuchida

Colaboração
Shirlei Liberal Nogueira Lima

EXLibris
1998 comunicação integrada

Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Jornalista Responsável
Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora
Geralda Privatti

Colaboração
Alexandre Milanetti
Alyne Thacila
Denise Ramiro
Fernanda Balieiro
Renato Vaisbih

AREA Projeto gráfico e diagramação
AreaDesign - Wilma Temin

Capa: Ayagiz/Thinkstock

Valorização profissional

Luís Germano/Ibracon

A presente edição da revista *Transparência Ibracon* aprofunda dois temas bastante caros ao Instituto: a valorização da profissão e a educação continuada. Dois aspectos da nossa área de atuação que não podem ser considerados em separado. O primeiro decorre do segundo.

Isso salta aos olhos quando se analisa o currículo de reconhecidos executivos de importantes indústrias nacionais e internacionais, em particular em algumas gigantes brasileiras. Foi o que nos motivou a colher o depoimento desses profissionais, apresentados na reportagem especial *Profissão em alta.*

Eles enfatizam que a valorização depende de formação continuada e da aquisição de conhecimento. Todos reconhecem que a formação contábil foi um diferencial relevante em suas carreiras. Mas o relato de suas experiências evidencia que só a formação básica não basta.

Como afirma o colega Marcus Severini, da Vale, o Brasil está apenas começando a reconhecer a nossa profissão e a respeitar o contador da forma como acontece em outros países. Mas "temos de estar sempre aprendendo; não se pode parar nunca", ensina outro "craque" da nossa área, Arthur Gigueira, do Santander e da Febraban.

E o Ibracon tem papel importante nessa valorização e na educação continuada dos profissionais. Logo depois da Copa do Mundo de Futebol, realizaremos a 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente. E nos orgulhamos de ter, em apenas quatro anos, formatado um evento que já ocupa lugar de destaque no panorama da nossa profissão, porque aprofunda o debate de temas essenciais para o mercado e antecipa tendências.

Ao mesmo tempo em que traz a visão de convidados internacionais sobre o panorama externo e discute o mercado brasileiro de contabilidade e auditoria, a Conferência é um valioso momento para enriquecer seu *networking* e estreitar vínculos profissionais ou estabelecer novos relacionamentos.

Dado que o conjunto desta edição ressalta a importância de agregar conhecimentos, oferecemos a você, caro leitor, uma entrevista enriquecedora, com o ex-ministro Delfim Netto. Com seu jeito tão característico de falar, abordando temas áridos de maneira coloquial e despretensiosa, ele disseca a política econômica do governo, e termina comparando o *footing* de sua mocidade aos *rolezinhos.*

Boa leitura,

Eduardo Pocetti
Presidente do Ibracon

"O apocalipse não está na esquina"

PARA O EX-MINISTRO DELFIM NETTO, NÃO HÁ CRISE, MAS APENAS REDUÇÃO NO RITMO DE CRESCIMENTO DO BRASIL

POR DENISE RAMIRO

O ex-ministro da Fazenda Delfim Netto, 86 anos, está otimista com o Brasil. O motivo da confiança é que, entre acertos e erros, ele acredita que o País está no rumo certo. Entre as principais conquistas, ele aponta a inclusão social de 40 milhões de brasileiros, a criação de um mercado interno robusto e a redução das desigualdades. Mas é preciso ir além. Delfim admite que o Bolsa Família foi um instrumento "maravilhoso" para incluir milhões de brasileiros no mercado consumidor, mas esgotou-se. O ex-ministro reconhece, porém, que a saída do programa já está sendo construída. "A educação é a grande porta de saída e está igualando as oportunidades".

Mas isso não basta para o País deslanchar. A redução no ritmo de crescimento é um sinal de alerta. É preciso equilibrar inclusão social e investimentos. Esse desequilíbrio é o que está inibindo os investimentos no Brasil, em sua opinião. "Se você exagera na distribuição, reduz o investimento, portanto, o processo murcha."

Nesta entrevista a *Transparência Ibracon*, realizada na sede do seu escritório, no bairro de Higienópolis, em São Paulo, ele fala, ainda, sobre política fiscal e monetária, lei anticorrupção, manifestações populares e a importância de o Brasil ter entrado, embora "atrasado", no sistema de *compliance*, que dá mais transparência às empresas. A melhor vitrine para atrair investidores.

Muito se fala em crise da economia brasileira. A avaliação procede?

Não há crise. Houve uma redução no ritmo do crescimento perfeitamente explicável. Na verdade, fez-se uma política que privilegiou o distributivismo em detrimento do investimento. Durante muitos anos isso teve aspectos positivos e negativos. Do lado positivo, essa política criou um mercado interno poderoso, promoveu a inclusão social de 40 milhões de pessoas, reduziu as desigualdades. A Constituição de 1988 introduziu um valor fundamental na sociedade brasileira que é o de melhorar o nível de oportunidades das pessoas, o grande objetivo da política do governo. O crescimento é um instrumento, mas o objetivo é um processo civilizatório em que a posição de cada um não depende do lar em que nasceu, da cor, da religião. Depende só da posição e da capacidade de absorver os conhecimentos do mundo.

E como atingir a igualdade?

O objetivo civilizatório caminha mais na direção de igualdade de oportunidades. A Constituição coloca isso como fundamental. E a igualdade aonde está? Não é na chegada, tem de ser na partida. É por isso que a Constituição tem uma coisa que as pessoas acham utópica, que é a educação e a saúde universais e gratuitas. Por quê? A educação é a forma pela qual o macaco se transforma em homem e a saúde é a

Ed Guimarães

forma pela qual o homem pode viver a sua humanidade. Na medida em que se acentuou esse processo, realmente reduziu o nível de investimento, logo, caiu o crescimento. Mas não há crise. Se você analisa a política fiscal, a situação não é confortável, porque a relação da dívida bruta é de 60% do PIB, mas não é uma tragédia. Simplesmente significa que, se houver uma crise, não se pode mais usar o instrumento da dívida. O déficit fiscal está em torno de 3%, nada exagerado. No aspecto monetário, há um resultado desagradável, estamos no limite superior da meta (inflação), mas sem risco de perder o controle. Quanto ao câmbio, onde o governo cometeu mais erros, o mercado está corrigindo. Mesmo o déficit em conta corrente, que é muito alto, não constitui um risco para o Brasil, que tem uma taxa de câmbio flexível e um estoque de reservas bastante substancial. De forma que o apocalipse não está na esquina. Há um sentimento pessimista muito superior àquele que é justificado pelas condições objetivas do País.

Em artigo recente no jornal *Valor Econômico* o senhor analisou o nível de gastos do governo em relação à renda, que melhorou, mas ainda é baixa se comparada a outros países. Em que ponto os gastos de fato preocupam e qual seria uma solução de controle factível?

O problema brasileiro não é de recursos. Não gastamos menos com educação e saúde do que as economias com nosso nível de renda. Nosso problema é basicamente de gestão. Educação e saúde são muito mal geridas no Brasil. Não é uma coisa nova. A qualidade do ensino público caiu demais.

"NÃO HÁ CRISE ECONÔMICA. HOUVE REDUÇÃO NO RITMO DO CRESCIMENTO PERFEITAMENTE EXPLICÁVEL"

Por que o Brasil não consegue elevar o nível de investimento? Um estudo do BNDES, de 2012, previa que, em 2014, a taxa estaria em 22% em relação ao PIB, mas na verdade ela caiu dos 19% daquele período para perto de 18% hoje. O que não está funcionando?

Primeiro, o papel aceita tudo. O que havia era a esperança de que seriam 22%. Na verdade, quando se reduz o investimento público, desestimula-se também o investimento privado. Houve uma redução dramática da confiança entre o setor privado e o governo, que reduziu muito o investimento privado. Só recentemente o governo entendeu que precisava fazer concessões, PPPs. O setor privado também entendeu que o governo não era um governo trotskista, socialista. Quando a presidenta pedia modicidade tarifária, ela não estava pedindo lucro zero. O que ela pedia era muito razoável, só que os caminhos estavam errados. Você precisa de bons projetos executivos, bons projetos de leilões, estimular os competidores a participar dos leilões, dando qualidade à concessão, e o mercado fixa a taxa de retorno para atingir aquela qualidade. Demorou muito para o governo aprender isso, só aprendeu do segundo semestre de 2013 para cá.

Duas agências de classificação de risco estão para rebaixar o *rating* do Brasil. A situação fiscal realmente preocupa?

As agências de risco são uma contingência do mundo. Elas têm o benefício do oligopólio criado pelo governo dos Estados Unidos, que faz uma restrição segundo a qual ninguém pode aplicar em um fundo de pensão americano sem que as agências de risco o classifiquem como de nível de investimento. Então a situação fiscal do Brasil não é dramática. A perspectiva da situação fiscal é difícil. O sistema de seguridade social, por exemplo, é insustentável. Não adianta discutir, ficar triste, vai ter que alterar mesmo o tempo de aposentadoria, reduzir os benefícios extravagantes. Estamos muito atrasados nisso. Como é que se pode compatibilizar o fato de que temos a menor taxa de desemprego do mundo e o maior gasto com seguro desemprego? É uma questão de gestão.

A inflação do Brasil é de demanda?

O Brasil estimulou o aumento dos salários nominais muito acima do crescimento da produtividade física do trabalho. Ou seja, elevou o custo real do trabalho por unidade de produção.

Ed Guimarães

"O MUNDO ESTÁ CRESCENDO MUITO MENOS E ISSO TEM EFEITOS IMPORTANTES SOBRE O CRESCIMENTO NACIONAL"

Essa elevação tem que escorregar para qualquer lado, ou para a inflação ou para o déficit em contas correntes. Foi o que aconteceu, temos uma tensão inflacionária que está sendo administrada por controle de preços, deve ter aí uma inflação escondida de 1,5%. Quanto ao déficit em conta corrente, estamos tomando emprestado do mundo. Essa inflação que está aí decorre disso.

E qual é a saída?

Acomodar essas duas coisas. Acelerar a produtividade e fazer com que os aumentos reais de salários correspondam ao aumento físico da produtividade do trabalho. É preciso ter assistência social, mas não é possível corrigir isso usando o aumento de produtividade, você tem que corrigir somente a inflação, mais nada. Cometemos muitos erros porque indexamos muita coisa ao salário mínimo. Então, nem se pode ter um salário mínimo decente, porque o efeito sobre as finanças públicas é dramático, nem um equilíbrio fiscal, em tensão permanente.

Como aumentar a produtividade?

O aumento da produtividade depende de aumentar a quantidade de capital por homem. Se eu estou na enxada, eu cultivo um hectare, se tenho um trator, cultivo 30. A quantidade de capital dado para cada homem é que aumenta a produtividade. Mas é preciso elevar simultaneamente a educação. Na medida em que se sofistica, o capital, precisa de mão de obra mais educada. Hoje enfrentamos um problema: até 2010, o Brasil pegou um vento de cauda, o PIB estava subindo e as relações de troca, crescendo. A partir de 2010, o vento virou de frente. Hoje o mundo está crescendo muito menos e isso tem efeitos importantes sobre o crescimento nacional.

O Banco Central deveria alterar a meta de inflação, acabando com as bandas, e deixá-la nos 6,5% ao ano?

Não, nada disso. O Banco Central tem que ser ajudado. Sozinho, ele é incapaz de controlar a inflação. Inflação depende basicamente de uma coordenação séria entre as políticas fiscal e monetária. Para tentar acabar com a inflação só com política monetária teria que se produzir uma recessão monstruosa, contra tudo

Ed Guimarães

"QUANDO A URNA EXAGERA NO DISTRIBUTIVISMO, O MERCADO CORRIGE A URNA; QUANDO O MERCADO EXAGERA NO PRODUTIVISMO, A URNA CORRIGE O MERCADO. ESSE JOGO DIALÉTICO SUSTENTA UMA ECONOMIA DE MERCADO"

o que é razoável. Não estamos em uma situação desastrosa para inventar moda. Basta ter um programa correto e executá-lo ao longo dos próximos meses ou anos.

Inflação de 4,5% é boa?

É uma boa inflação. Quem fez 2%, hoje sabe que é muito arriscado, porque vai para o *zero bond*. Então, não temos que nos meter nisso. Vamos fazer uma inflação de 4,5% em 36 meses, que está de bom tamanho.

O volume de crédito recuou em 2013 na comparação com 2012, mas continuou forte. Como deve se comportar o mercado de crédito este ano?

Há um espaço enorme para crescer. No Brasil, o crédito interno em relação ao PIB é um dos mais baixos do mundo. Ainda tem tempo para expandir. Não podia expandir ao nível de 30% a 35%, está expandindo em 15%. Este ano deve crescer entre 14% e 15%, o que vai sustentar bastante bem o funcionamento da economia brasileira.

A inadimplência está sob controle ou essa queda é passageira?

Essa inadimplência não é tão baixa quanto se gostaria, mas não há nenhuma tragédia, e está recuando.

Recentemente, a empresária Luiza Trajano fez muitos fãs nas redes sociais por ter contestado o pessimismo dos seus interlocutores no programa Manhattan Connection? O senhor assistiu ao programa?

Não vi, mas a a Luiza é extremamente inteligente. Ela não leva desaforo para a casa. E sabe mais de Brasil que seus interlocutores. Na minha opinião, ela tem um sentimento correto. Exagera-se no pessimismo.

Por quê?

Porque o mundo inteiro está assim. Estamos sempre olhando para o umbigo. Vemos uma pequena recuperação nos Estados Unidos, na Europa. A China está reduzindo o crescimento, os emergentes estão se readaptando num mundo diferente. Não há nada no Brasil que aponte para uma tragédia.

A fórmula da política econômica do governo já se esgotou?

Isso é o tipo de conversa mole pra boi dormir. No fundo, qualquer sociedade tem que compatibilizar essa estrutura distributiva, que é fundamental. É o processo civilizatório como processo de crescimento. Se você exagera na distribuição, reduz o investimento, portanto, o processo murcha. Reduzindo o investimento, cresce menos amanhã e tem, inclusive, que reduzir o ritmo de inclusão social. É preciso equilíbrio.

Como está essa balança?

Desequilibrou um pouco, mas agora está caminhando para o equilíbrio. Se só tentar investir vai acabar dando na parede, porque existe um jogo entre duas instituições importantes, o mercado e a urna. Eles fazem um jogo dialético: quando a urna exagera no distributivismo, o mercado corrige a urna; quando o mercado exagera no produtivismo, a urna corrige o mercado. Esse jogo sustenta uma economia de mercado com instituições democráticas. Isso não é invenção de ninguém. O homem descobriu isso como se fosse por seleção natural, histórica, depois que saiu da África há 140 mil anos. Ninguém inventou isso. Cada vez que um homem apareceu dizendo que inventou um negócio melhor, como é que terminou? Terminou como a Rússia, a China, o Vietnã, Stalin, Hitler. A ideia de que existe um curto-circuito é que leva ao fechamento dos dois, à destruição do mercado e da urna. Você precisa ir compondo isso e tendo um objetivo, que é a igualdade de oportunidades.

A desigualdade começa no berço?

O exemplo físico disso é o seguinte: você pode ter sido produzido numa noite de núpcias na suíte presidencial do Waldorf Astoria ou numa noite de chuva, sob um viaduto. Uma vez produzido, você é senhor de direitos. Do direito de construir o aparato de apreensão do mundo. É por isso que estamos nesse processo civilizatório, no qual educação e saúde realmente têm que ser universais e gratuitas. É preciso cobrar de quem tem. Mas isso tem que ser uma coisa genérica, porque a justiça se faz não na chegada, mas na saída. O mercado é uma corrida, é um processo competitivo, todo mundo tem que sair do mesmo ponto. Depois, aonde ele chega depende do DNA, da sorte, das circunstâncias. Não há injustiça na chegada, a injustiça é na saída.

O senhor defende então educação e saúde públicas?

Não precisam ser necessariamente públicas, mas gratuitas. Se eu tenho condições, não tem nenhuma razão para o meu filho não pagar a universidade. Não precisa ser gratuita, ela tem que prover àqueles que não têm renda com a gratuidade. O mundo está crescendo nesta direção.

O Brasil vive de fato uma desindustrialização? Isso pode ser resultado de amadurecimento da economia brasileira?

Não. Há um resultado de amadurecimento, mas é muito precoce. Isso é resultado de um erro do próprio processo de inclusão social, que é o de elevar o salário muito acima da produtividade. O salário real foi muito alto. O que é a taxa de câmbio real? É a divisão da taxa de câmbio nominal pelo salário nominal. Então, quando se expandiu o salário e se controlou o câmbio para segurar a inflação, houve um terrível aumento do câmbio real. O câmbio real nos últimos oito ou dez anos retirou primeiro a demanda externa da indústria. Quando valorizou o câmbio, o que você exportava deixou de exportar. Assim a indústria foi perdendo a demanda exportadora. Depois o câmbio real se valorizou tanto que o Brasil perdeu a demanda interna. O chinês não substituiu a geladeira brasileira à toa, mas por causa da política errada do Brasil. Jogamos fora nesse período mais de US$ 300 bilhões de demanda de bens industrializados. Isso não é um efeito natural, mas de erro da política econômica.

Os emergentes vivem uma crise. O Brasil está inserido nesse cenário?

Temos que dividir as coisas. O Brasil tem condições melhores do que qualquer outro emergente, por três motivos. Primeiro, a dívida brasileira não sofre do pecado capital, ela não é em moeda estrangeira, o que torna o *default* irrelevante. Segundo, temos uma taxa de câmbio flexível, o que significa que, se aperta, ela vai buscar o equilíbrio. Terceiro, temos um nível de reservas muito importante. E uma política econômica que controla a relação PIB/dívida bruta e mantém sob controle

"ESTAMOS EM UM PROCESSO CIVILIZATÓRIO, NO QUAL EDUCAÇÃO E SAÚDE REALMENTE TÊM QUE SER UNIVERSAIS E GRATUITAS"

o déficit fiscal. Há uma situação um pouco desagradável, porque se reduziu o superávit primário. Mas a relação dívida/PIB não está aumentando. Por isso, não é possível comparar o Brasil a outros países que não têm essas características.

Mas a desaceleração das economias emergentes, como a da China, afeta o potencial de crescimento do Brasil?

A China representa 20% das exportações brasileiras, depois vêm a Argentina e os Estados Unidos. A exportação puxa o crescimento, a importação é um fator de produção, mas quando se tem um déficit em conta corrente, reduz-se o ritmo de crescimento. O Brasil é parte do mundo. Ele tem as vantagens e desvantagens de estar no mundo.

E a Argentina?

A Argentina é diferente. São nossos maiores compradores de produtos industriais, representando de 18% a 20% das nossas exportações da indústria. Novamente digo que o Brasil está no mundo e tem que pagar o preço disso. É a globalização.

Como o senhor vê o cenário econômico internacional e como ele pode afetar o Brasil? Qual a dimensão da recuperação dos Estados Unidos e da Europa?

É lenta. Nos Estados Unidos é mais segura. Eles estão promovendo uma revolução energética, resolvendo o seu problema de dívida interna numa velocidade espantosa, e com essa aceleração será ainda mais surpreendente. Estão resolvendo o problema da balança de pagamentos com a produção de energia internamente.

"O SISTEMA FINANCEIRO SE APROPRIOU DA ECONOMIA REAL. E, O MAIS GRAVE, SE OLHARMOS PARA OS EUA, ELE SE APROPRIOU DO PODER POLÍTICO"

Os Estados Unidos estão destinados a crescer de 3% a 3,5% nos próximos anos, o que é uma barbaridade, eles representam 20% da economia do mundo, ou seja, eles são sete ou oito vezes maiores que o Brasil. A China está reduzindo o crescimento, mas está aumentando o processo de organização. Ela não tem água, tem tecnologia, mas vai precisar de muito alimento. Vamos ter problema com a China, mas de menor monta, na exportação.

O senhor vê algum risco iminente de uma nova crise financeira como a de 2008. O mundo aprendeu a lição?

O mundo ainda não aprendeu a lição. A grande lição é a seguinte: o mercado financeiro é indispensável para o crescimento econômico; a plena liberdade do mercado financeiro é a coisa mais terrível contra o desenvolvimento econômico. Porque, além de inventar operações que têm consequências dramáticas para o crescimento, produz uma concentração de renda extremamente prejudicial. O mundo está começando a aprender as lições de depois da crise de 30: sem o mercado financeiro não há crescimento, mas com ele solto o crescimento é muito torto.

Como está esse controle?

A verdade é que o sistema financeiro se apropriou da economia real. E o mais grave, se olharmos para os Estados Unidos, ele se apropriou do poder político. Tanto é que o Executivo americano não tem condições de impor as medidas necessárias para o seu controle. A lei de controle dos Estados Unidos, a Dodd-Frank, tem duas mil páginas. Uma lei de duas mil páginas é para não ser seguida.

Como o senhor vê a aproximação do governo brasileiro com os países latino-americanos e africanos? O que pode resultar desse movimento, o que podemos ganhar?

O mundo caminha em outra direção. Tem um acordo muito sério em andamento entre a Europa e os Estados Unidos, os países latino-americanos do Pacífico já estão integrados com os Estados Unidos em outra relação. Os americanos estão fazendo acordo com a Ásia e isolando a China. O Atlântico Sul é um cemitério. Se não mudarmos o Mercosul, se não obrigarmos a Argentina a fazer as concessões necessárias para nos ligarmos à Comunidade Econômica Europeia, o nosso destino está selado. Estamos nos

Ed Guimarães

colocando fora do processo que está vindo aí. O Mercosul hoje separou esses países do resto do mundo.

E a importância das economias africana e latino-americana?

O Brasil tem um mercado interno muito robusto, vai continuar recebendo investimentos. O que o Brasil não pode é imaginar que vai carregar tudo isso atrás dele. Precisamos coordenar esse processo, o Mercosul tem que se modernizar. Tem que entender que ninguém controla o processo de globalização. Quem ficar fora está morto. A direção do desenvolvimento é no sentido de uma integração mundial. Cada país hoje não tem a menor importância. Nem os Estados Unidos são tão importantes como pensam que são, nem militarmente. O mundo mudou, não tem mais produção integrada, hoje cada um faz 0,2% de um produto que tem uma integração mundial. O Brasil está completamente fora disso. Valorizou o câmbio, destruiu o sistema de tarifas efetivas e o sistema de importação sem tarifas, o *drawback* verde-amarelo.

"PRECISAMOS COORDENAR ESSE PROCESSO, O MERCOSUL TEM QUE SE MODERNIZAR. NINGUÉM CONTROLA O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO. QUEM FICAR FORA ESTÁ MORTO"

Já está em vigor a chamada Lei anticorrupção. O senhor acha que ela vai reduzir o nível de corrupção que atinge não apenas a esfera pública, mas principalmente a área privada?

Ed Guimarães

"CAIU A FICHA DA SOCIEDADE BRASILEIRA. OS PROTESTOS SÃO CONTRA AS ESCOLHAS DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS"

Como isso pode ajudar o Brasil a ter um futuro mais promissor não apenas do ponto de vista econômico, mas especialmente social?

Esse é mais um dos avanços da globalização. O Brasil é um dos últimos países a entrar nesse processo. O *compliance* que está sendo imposto é um sistema universal, é um processo de integração, consequência da globalização. Evidente que essa lei vai reduzir o nível de corrupção.

As empresas vão ser punidas?

Evidente que sim. O Brasil tem instituições muito sólidas. A maior contribuição da Constituição de 88 é que representa a solidez da República, da democracia e de um Supremo Tribunal Federal independente.

Partindo para a área social, o senhor acha que já está na hora de o governo começar a desenhar programas que sejam portas de saída para o Bolsa Família?

O Bolsa Família se esgotou, prestou um serviço maravilhoso. A porta de saída já está sendo construída. A educação é a grande porta de saída, que está igualando oportunidades. Não podemos ter dúvidas disso. Ainda que estejamos crescendo pouco, os programas sociais no Brasil são bem focados, alguns até extravagantes, mas produzem resultados, como a redução do desemprego.

O aumento da renda e a redução do desemprego nos últimos anos permitiram que jovens de baixa renda pudessem ter acesso à escola e assim saltar um degrau na escala do trabalho em relação a seus pais. Como o senhor vê o Brasil daqui a 20 anos, seremos um país mais justo?

Estamos evoluindo e vamos continuar evoluindo. Não temos competência para impedir o crescimento do Brasil.

O senhor foi o ministro do período do milagre econômico brasileiro. Há alguns anos dizia-se que o Brasil caminhava para um novo milagre. O que deu errado?

Primeiro que nunca houve milagre. Milagre é efeito sem causa. O Brasil cresceu quando tinha política econômica eficiente. Não teve nada de presente para o Brasil.

Os protestos que tomaram as ruas recentemente são um sinal de que o Brasil está amadurecendo politicamente?

Não sei, isso deixo para os sociólogos e politicólogos. Quando eu era mocinho, a gente fazia *footing* todo sábado na avenida Lins de Vasconcelos. Os homens iam por uma calçada e as mulheres, por outra. E a gente ficava namorando, fazendo *footing*, o *rolezinho* de hoje.

E as manifestações do ano passado? Quem foi para a rua?

Caiu a ficha da sociedade brasileira. Depois de algum tempo descobriu-se o seguinte: o cimento, a areia e o ferro

Ed Guimarães

com que se constroem estádios são os mesmos cimento, areia e ferro com que são construídos os metrôs. Aquilo foi um protesto contra as escolhas dos investimentos públicos. Ninguém nem sabe quanto se gastou com os estádios, são elefantes brancos. O sujeito compara quanto custa um quilômetro de metrô, R$ 300 milhões, com o quanto foi gasto nas obras dos estádios, R$ 8 bilhões, R$ 10 bilhões, R$ 15 bilhões, divide por 300 e vai ter 300 quilômetros de metrô, multiplicando por cinco vezes a atual malha metroviária de São Paulo. Não precisa ser um gênio, um físico quântico, para saber o que está errado.

Agora, gostaria de fazer uma espécie de bate-bola com o senhor, com respostas rápidas:
- qual a sua previsão para o PIB neste ano?
Vai ser um pouco melhor que o de 2013, entre 2,5% a 2,6%.
- e para a inflação?
Muito próxima da nossa, 5,8%, 5,9% talvez, um pouquinho maior que a anterior, mas bem próxima.
- o Brasil terá déficit comercial em 2014? De quanto?
Não sei se vai ter déficit comercial, mas a balança de pagamentos continua com um déficit de uns R$ 70 bilhões.
- qual sua projeção para a Selic este ano?
Isso não importa. Quando caiu a taxa aqui, também estava caindo no mundo. Hoje todo mundo está puxando os juros. Ainda vai subir um pouco.

Quem ganha a eleição, o PT ou a oposição?

A Dilma tem muito mais condição e maior probabilidade de ganhar a eleição. Simplesmente porque há uma separação muito grande entre como o Brasil se sente e o que as pessoas pensam que o Brasil sente. Dilma não tem 60 milhões de votos gratuitamente. Os 60 milhões são como o Brasil se sente. Saiu um levantamento agora, com duas perguntas críticas: você acha que está melhor que o seu pai? 70% responderam sim; você acha que o seu filho vai estar melhor que você? 70% responderam que sim. Pronto.

O Brasil ainda é o Brasil do futuro.

É história. O Brasil continua crescendo. Com todos os problemas, nos últimos 50 anos o Brasil foi o país que mais cresceu na América Latina. De 1950 até 1984 crescemos 7,5% ao ano.

O senhor está otimista com o Brasil?

Com 86 anos, se o sujeito não é otimista, é um idiota. Não há razão para o contrário. A situação é difícil mesmo, o sujeito leva quatro horas pra chegar ao trabalho, é duro. Mas o mundo de hoje é melhor que o de ontem e o de amanhã vai ser melhor ainda.

Profissão em alta

EXECUTIVOS COM FORMAÇÃO CONTÁBIL OCUPAM ALTOS POSTOS NAS MAIS IMPORTANTES COMPANHIAS BRASILEIRAS

GERALDA PRIVATTI

O que os bancos Itaú e Santander têm em comum com a Vale, a gigante brasileira da área de mineração? As três companhias figuram no *ranking* das 500 maiores empresas do mundo elaborado pela revista *Fortune*. Mas não é só. Elas também compartilham a visão de que a contabilidade tem um importante papel a desempenhar no capítulo das práticas de boa governança. O mesmo acontece com a Cemig, a CCR e a Febraban.

Essas companhias, assim como dezenas de outras do primeiro time da economia brasileira, têm no profissional da contabilidade um elemento indispensável, que ganhou um novo patamar de reconhecimento e valorização no mundo corporativo após a convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade, as IFRS. Mais do que transcrever números do balanço, a contabilidade se tornou vital na interpretação desses números para transformá-los em informação, um ativo de grande valor para o mercado.

"Até pouco tempo atrás, a profissão era muito desvalorizada em relação a áreas como administração e economia", comenta Leonardo George de Magalhães que, aos 46 anos de idade e com mais de 20 de profissão, é superintendente de Controladoria da Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais. A Cemig é um dos mais sólidos e importantes grupos do segmento de energia elétrica do Brasil, participando em mais de 100 empresas, além de consórcios e fundos de participações. A companhia de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, conta com 114 mil acionistas em 44 países e tem ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Nova York e Madri.

LEONARDO GEORGE DE MAGALHÃES

"A MUDANÇA SE DÁ DE MANEIRA GRADATIVA, NA FORMA COMO SOMOS VISTOS NAS EMPRESAS E NO ÂMBITO DA PRÓPRIA PROFISSÃO"

Divulgação

ENÉAS PESTANA

"SABER CONECTAR AS COMPETÊNCIAS DE UM FINANCISTA A UMA VISÃO ESTRATÉGICA DE NEGÓCIO É A CHAVE PARA O SUCESSO"

E Magalhães complementa: "A mudança se dá de maneira gradativa, tanto na forma como somos vistos dentro das empresas quanto no âmbito da própria profissão. Hoje, em função das normas internacionais, o profissional de contabilidade tem de entender de vários assuntos na área financeira para exercer bem sua função".

Enéas Pestana, outro nome de peso no pelotão dos executivos de primeira linha, avalia que muito do seu conhecimento e da sua bem-sucedida trajetória como administrador se deve ao curso de Ciências Contábeis. Pestana tem no currículo cargos de grande relevância, como o de presidente do Grupo Pão de Açúcar, que ocupou até o final de 2013. Antes de assumir a presidência do grupo, ele foi CFO da corporação durante sete anos.

"A contabilidade foi um dos alicerces da minha carreira. Saber conectar as competências de um financista a uma visão estratégica de negócio é um elemento-chave para o sucesso profissional. Essas habilidades formam um profissional multifuncional, flexível, habilidoso nos aspectos técnico e conceitual sobre o funcionamento e crescimento de uma empresa e suas diversas áreas e projetos. Só assim é possível colaborar para a superação da complexidade imposta pela globalização e pela velocidade do ambiente dos negócios", conclui Pestana.

Leonardo George de Magalhães lembra que o contador era uma espécie de apêndice, alguém à parte, com quem o diretor financeiro tinha de conviver. Um profissional que exercia atividades periféricas e desconectadas do resto da empresa. "Com a nova contabilidade, o contador tem de explicar o negócio, o que vai muito além do débito e crédito de antigamente. Nossa profissão demanda análises, *valuation,* estudos societários importantes nas operações de aquisição, entre outros conhecimentos", complementa o superintendente da Cemig, responsável pela gestão de ativos fixos, gestão de custos e planejamento tributário da companhia e das subsidiárias.

Em função dessas novas demandas, o profissional precisa ter visão completa do negócio. "E isso abre janelas para que ele galgue degraus que antes não lhe eram acessíveis", diz Magalhães, que também fez especialização em Contabilidade e Gestão de Negócios.

E ele finaliza chamando a atenção para a importância do aprendizado contínuo. "O profissional sem acesso aos novos conhecimentos terá uma limitação muito grande. Os cursos também precisam se adaptar para atender às exigências do mercado", conclui.

Valorização depende de formação

"Fui parar na área contábil por conta do meu interesse em trabalhar com análise de investimentos por fluxo de caixa. Quando entrei na faculdade de Ciências Contábeis eu já sabia onde queria chegar. A partir daí, busquei alternativas e comecei a trabalhar em uma empresa de auditoria. Desde então, a área de Ciências Contábeis evolui assustadoramente. Eu brinco com a garotada que nosso problema não é a modernidade da profissão, mas a falta de atualização na forma como a sociedade nos vê. Nós fazemos um trabalho muito ruim de divulgação, pois somos vistos, ainda, como guarda-livros", relata Marcus Severini, de 55 anos, diretor de Controladoria da Vale, uma das maiores mineradoras do mundo.

"Ao longo da minha vida profissional, o que eu mais fiz, no fundo, foi entender o trabalho dos outros, do economista, do administrador, do geólogo – no meu caso, que trabalho em uma empresa de mineração. Você jamais será um especialista nessas áreas, mas não conseguirá fazer bem o seu trabalho sem entender o dos demais profissionais da companhia", depõe Severini.

Ele está seguro de que a formação contábil abriu as portas para a aquisição de uma enorme gama de conhecimentos, graças aos quais chegou a uma posição de destaque em uma empresa global, muito importante para o Brasil, presente em mais de 30 países nos cinco continentes.

"É um processo de formação muito grande. Não basta treinamento contínuo nem enfatizar que não se pode parar de estudar. Na verdade, um profissional da nossa área não pode parar de se interessar por tudo aquilo que ainda não sabe", analisa. Em sua opinião, é essa formação que precisa ser passada aos jovens.

"Com as modernas ferramentas de TI, um contador, na minha área, atuando em uma empresa de grande porte, não precisa executar tarefas rotineiras. Tudo o que é transacional o computador faz; o débito-crédito tradicional, o sistema faz. A minha equipe está lá para fazer tudo aquilo que não está escrito em lugar nenhum como se faz. O contador precisa interpretar, entender o fato real que está expresso pelos números da empresa. Para isso, precisa entender o que o engenheiro, o agrônomo, o economista estão fazendo. Não tem como fugir disso. A valorização será maior quanto mais ampla for nossa formação. Por outro lado, é isso que nos dá satisfação, ver que a profissão é nobre. E o Brasil está apenas começando a reconhecer a nossa profissão e a respeitar o contador da forma como acontece em outros países", finaliza.

Ed Guimarães

MARCUS SEVERINI

"É ISSO QUE NOS DÁ SATISFAÇÃO, VER QUE A PROFISSÃO É NOBRE"

Conhecimento robusto

"A contabilidade no Brasil avançou brutalmente com a adoção das IFRS. O que temos, hoje, não tem nada a ver com o que ocorria há dez anos. É incomparável. A qualidade dos reportes das companhias é muito melhor agora", analisa Alexsandro Broedel Lopes, diretor de Controle Financeiro do Itaú Unibanco, uma das três instituições bancárias do Brasil listadas entre as 25 maiores do mundo, segundo *ranking* da Brand Finance.

Broedel, que também é membro do Accounting Standards Advisory Forum (Asaf), do International Accounting Standards Board (Iasb), afirma que as IFRS exigem contadores que conheçam muito mais os negócios, a legislação e as estruturas societárias. "O mercado precisa de profissionais com conhecimento mais robusto do que estamos acostumados."

Com apenas 38 anos de idade, Alexsandro Broedel representa uma nova geração de profissionais da área de Ciências Contábeis. Por conta de seus conhecimentos em IFRS, dado que estudou e lecionou um longo período na Inglaterra, berço do padrão internacional de contabilidade, Broedel foi diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) antes de ingressar no Itaú.

Ed Guimarães

ALEXSANDRO BROEDEL LOPES

Remuneração em alta

À medida em que é cada vez mais reconhecida como área estratégica dentro das companhias, a contabilidade se torna dia a dia mais gratificante para os profissionais, tanto pela melhor remuneração quanto pela oportunidade de mobilidade no mercado.

E este ano começou com grandes promessas para os contadores. Segundo a Robert Half, empresa global de recrutamento, o mercado de trabalho para a profissão está em expansão. A expectativa é de aumento no número de contratações por expansão de quadro das empresas e nos salários. A tendência para 2014 é de aumento no salário fixo dos profissionais de Contabilidade, enquanto o bônus será mantido como política de atração de talentos. Para os cargos de analista contábil e fiscal sênior são esperados incrementos salariais de 25%.

Uma posição de grande destaque é a de *controller*, já que esse profissional pode ser responsável por diferentes áreas e tem perfil e conhecimentos mais abrangentes.

Elo importante da cadeia decisória

"A contabilidade é dinâmica, desafiadora e interessante, porque está estreitamente ligada ao processo decisório das empresas." Quem assegura é Arthur Gigueira que, aos 48 anos, ocupa o cargo de superintendente de Normas Contábeis no Banco Santander e é diretor Setorial da Comissão Técnica de Assuntos Contábeis da Febraban – Federação Brasileira de Bancos.

No Santander, ele é responsável pela aplicação das políticas e critérios contábeis requeridos em IFRS, BR Gaap (Banco Central), para o Banco de Espanha, as entidades controladas e as associadas. Gigueira também representa a Febraban na International Banking Federation.

"A convergência do Brasil às IFRS foi uma janela de oportunidade, que me permitiu galgar posições. Eu já utilizava as normas internacionais de contabilidade quando trabalhei no Banco Real. Bem antes de se começar a falar em IFRS no Brasil, eu já aplicava as normas para atender à comunidade europeia, reportando para a Holanda pela regra internacional", diz Gigueira.

Ele também avalia que houve uma valorização muito grande da profissão nos últimos anos. "Recentemente, ouvi o depoimento de um cliente interno, da área de produtos do banco. Ele disse que, antes, para lançar um novo produto ou operação, a primeira coisa a fazer era consultar o jurídico, para não correr riscos legais. A contabilidade vinha atrás. Hoje, segundo ele, as duas áreas são consultadas e, muitas vezes, o primeiro profissional a ser procurado é a contador", conta.

Gigueira não receia afirmar que as Ciências Contábeis assumiram o papel de ciência de fato. "O profissional tem de entender de princípios, da substância econômica de uma operação. Tem de estar sempre se atualizando. Não ficamos mais de cabeça baixa, calculando. Nós tratamos diretamente com a presidência, a vice-presidência, com o *controller* da corporação. Mas você não consegue explicar os resultados da entidade se não tiver *background* e conhecimento da ciência e dos processos e conceitos, que mudam a uma velocidade incrível", adverte o superintendente do Santander.

Seu conselho para os jovens é que, em paralelo à faculdade, busquem oportunidades de crescimento em outros segmentos.

Ed Guimarães

ARTHUR GIGUEIRA

"É PRAZEROSO, APESAR DE SER TAMBÉM MUITO TRABALHOSO. E TEMOS DE ESTAR SEMPRE APRENDENDO. QUANDO O PROFISSIONAL PENSA QUE APRENDEU, A REGRA SOFRE UMA ALTERAÇÃO. NÃO PODE PARAR NUNCA"

"Embora as universidades já comecem a trazer novos conceitos de contabilidade, os currículos não estão no ponto ideal. Se você gosta do assunto e entende que é uma oportunidade de carreira e uma realização profissional, tem de recorrer a cursos paralelos, complementares, técnicos. Você precisa se aproximar o máximo possível do que o mercado necessita", diz.

E deixa seu recado final aos jovens: "Tenho uma posição que não imaginava 25 anos atrás. É prazeroso, apesar de ser também muito trabalhoso. E temos de estar sempre aprendendo. Quando o profissional pensa que aprendeu, a regra sofre uma alteração. Não pode parar nunca".

O universo da Contabilidade e Auditoria Independente em suas mãos

Comunicação Ibracon

Informações técnicas atualizadas

Participação em Fóruns, Conferências, Palestras e Grupos de Trabalho

Networking

Fortalecimento e valorização da profissão

Cursos de Educação Continuada a preços especiais

Seja um associado!

Consulte sua Seção Regional
www.ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Desafio do tamanho do Brasil

CARÊNCIA DE PESSOAL TREINADO ASSOCIADA À NECESSIDADE DE IDENTIFICAR E AVALIAR BENS PÚBLICOS DIFICULTA A CONVERGÊNCIA GOVERNAMENTAL

FERNANDA BALIEIRO

Qual é a real dimensão do patrimônio imobiliário e dos bens de infraestrutura da União, dos Estados e municípios brasileiros? E de seus passivos? Como a contabilidade pública sempre esteve restrita ao processo orçamentário e ao registro pelo regime de caixa, os entes federativos nunca se ocuparam da mensuração do patrimônio e das dívidas públicas. Isso deve mudar. Com a convergência brasileira aos padrões da contabilidade pública internacional, esse tipo de informação ficará acessível. O prazo para os entes da Federação enviarem seus planos de contas e demonstrações contábeis é o final do atual exercício, de 2014. A segunda etapa da convergência, mais analítica, está prevista para 2015 ou, no máximo, 2016, levando-se em conta certa flexibilidade da STN - Secretaria do Tesouro Nacional ao acompanhar os desafios de cada região.

Alguns Estados estão adiantados nesse processo – Minas, por exemplo, já atingiu o 15º nível de exigência de consolidação do Plano de Contas (a STN exige até o quinto nível) com a atualização completa de seus bens móveis e imóveis, tudo avaliado no valor presente. No entanto, outras regiões ainda lutam com a falta de informações e de profissionais especializados. Mais importante até que a tecnologia, o investimento em recursos humanos se mostra primordial para o sucesso da convergência, que trará mais confiabilidade ao Governo e ainda será uma boa ajuda na tomada de decisões.

Fotos/Thinkstock

Mais controle e maior eficiência

A nova cultura contábil, focada no patrimônio, emana das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, com base nas normas contábeis internacionais aplicadas ao setor público. Além de favorecer o intercâmbio de dados financeiros entre o Brasil e outros países, as demonstrações contábeis refletirão o impacto econômico das decisões políticas, a eficiência do setor público e auxiliarão o gerenciamento de bens. "Imagine que você foi eleito prefeito e não tem ideia de quais bens dispõe ou da depreciação de seus imóveis. Com essas informações em mãos, será fácil identificar o que não está sendo utilizado e pode ser vendido para gerar recursos ou o que deve receber manutenção", explica Kieran McManus. Ele e Agenor B. Duarte Jr. foram os orientadores do curso específico sobre esse tema promovido pelo Ibracon em 2013.

Conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro, órgão regulador da convergência, por meio da Portaria 634/2013, até o término do exercício de 2014, todos os órgãos e entidades da Federação deverão adotar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Aqueles que descumprirem o plano de contas podem ser impedidos de receber transferências voluntárias, de contratar operações de crédito e de obter garantias da União para a contratação de operações de crédito externo.

Já os Procedimentos Contábeis Patrimoniais, que compreendem o reconhecimento, a mensuração, o registro, a apuração, a avaliação e o controle do patrimônio público – bens móveis, imóveis, intangíveis, infraestrutura e patrimônio histórico – terão prazos finais de implantação estabelecidos gradualmente por meio de portarias, de forma que todas as regiões estejam alinhadas.

Nelson Machado, professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, integrante do Grupo Assessor da Contabilidade Aplicada ao Setor Público do CFC e ex-ministro da Previdência Social, aponta que, nessa segunda etapa do processo, o passo mais relevante seria aplicar todos os esforços para reconhecer os créditos tributários do regime de competência.

"Isso ampliaria fortemente o controle do setor público e da população sobre as receitas a receber de Estados, municípios e União", esclarece o profissional. Ele ainda sugere mais um item na lista de prioridades: a identificação e avaliação do ativo imobilizado. "Se você for a qualquer Estado e pedir a lista dos bens, não vai achar com facilidade", expõe.

O professor conta que, quando começaram as discussões sobre a convergência, em 2008, havia um excesso de otimismo com relação ao tempo de conclusão. Contudo, os desafios começaram a surgir, entre eles a falta de informações, de qualificação profissional e de processos preparados para atender aos requisitos da nova norma. "A convergência é um desafio muito grande devido ao volume de entidades, informações e até pessoas envolvidas. Na Inglaterra, o processo completo levou cerca de dez anos", acrescenta McManus.

NELSON MACHADO

KIERAN MCMANUS

Minas lidera a convergência no Brasil

Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Alagoas, Pernambuco, Pará e Paraíba são os Estados precursores na convergência. Alguns estão mais avançados, como é o caso de Minas Gerais.

O processo de convergência mineiro começou bem cedo. O Plano de Contas passou a ser trabalhado em 2011, mas as discussões do grupo de trabalho interno junto à Secretaria do Tesouro Nacional foram iniciadas em 2008.

"Minas já tinha diversas ações em desenvolvimento visando ao reconhecimento dos ativos, bens móveis e imóveis, inclusive, sistemas integrados. Isso facilitou nosso trabalho", conta Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira, superintendente da Central de Contadoria Geral, da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.

Para preservar sua estrutura contábil e antecipar as informações de balanço do Governo, o Estado desenvolveu seu novo sistema de forma que a contabilidade anterior fosse mantida, como *backup*. "Isso reforçou a segurança da validação do processo e nos mostrou os caminhos que precisavam de ajustes no decorrer de 2013", explica a superintendente.

Hoje, com todas as informações implantadas no sistema, de acordo com a nova estrutura padronizada pelo Governo Federal, Minas tem novas metas. "No final de 2013, fizemos a atualização dos bens móveis e imóveis dos órgãos e entidades do Governo de Minas, tudo avaliado no valor presente. Agora, temos como objetivo a parte de bens de infraestrutura, trabalhar receita por competência e o sistema de custos", diz.

São Paulo acelera o passo

Também em dia com a STN, o Plano de Contas do Estado de São Paulo foi inaugurado no início de janeiro. "O Estado tem cerca de 1.200 eventos contábeis. Todos foram revistos e adaptados do plano antigo para o novo e isso envolveu cerca de seis mil contas contábeis", explica Roberto Yoshikazu Yamazaki, coordenador de Administração Financeira da Secretaria da Fazenda do Estado. A estruturação no Estado começou em 2011, quando foi criado um grupo de trabalho interno. A partir de 2013, foi contratada uma assessoria externa.

De acordo com Yamazaki, o maior desafio ainda está a caminho: começar os novos lançamentos agregando o conceito de competência. "Vamos ter de fazer o roteiro contábil para contabilizar os bens do Estado a valor justo. Consequentemente, vamos introduzir o conceito da depreciação, que também não existe na contabilidade pública tradicional", detalha.

Rio investe na capacitação de técnicos

A Controladoria Geral do Município do Rio iniciou o trabalho de adaptação às novas normas em 2008. "Fizemos estudos para otimizar o fluxo de informações e adequar o sistema contábil, que passou por uma remodelagem para atender à nova metodologia, focada em aspectos patrimoniais. Concluída essa fase, iniciamos a capacitação dos servidores municipais envolvidos, tanto na abordagem teórica quanto no sistema informatizado de contabilidade", conta Antonio Cesar Cavalcanti, controlador geral do município.

A prefeitura agora implementa o Plano de Contas e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Para 2015, a meta é prosseguir a sistematização das informações e o treinamento de pessoal. "A adequação tecnológica é fundamental, mas a capacitação de pessoas e o comprometimento dos gestores que geram a informação são o centro nervoso do processo", conclui.

SEFAZ Assessoria de Comunicação

ROBERTO YAMAZAKI

Divulgação

MARIA DA CONCEIÇÃO BARROS

AF Rodrigues

ANTONIO CESAR CAVALCANTI

Processo é irreversível

Divulgação

ALBERTO GERGULL

Para as regiões que ainda "patinam" na nova contabilidade, é difícil estabelecer uma orientação genérica. "Alguns Estados dependem de atualizações de sistemas por parte do Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados. Outros Estados e municípios optaram por sistemas independentes ou, mesmo, pela contratação de serviços de firmas de contabilidade. O importante é observar que o processo é irreversível: todo o setor público caminha para a convergência", diz Alberto Gergull, consultor da Fipecafi.

Em janeiro, a CNM - Confederação Nacional de Municípios entregou ofício à Secretaria do Tesouro com as demandas dos municípios a partir de diagnóstico da contabilidade municipal. Segundo pesquisa da entidade, 47% dos 3.396 municípios adaptarão os sistemas contábeis ao longo deste ano.

Lembrando que o prazo para a consolidação das contas nacionais é 2015, a entidade manifesta preocupação, pois os municípios que só conseguirem adaptar seus sistemas no final deste ano não terão condições de atender a essa exigência. Para a CNM, a consolidação das contas nacionais deve ser prorrogada para 2016.

Em relação ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), a Confederação chama a atenção para o processo de capacitação dos contabilistas municipais, e para os entes que não iniciaram 2014 com o novo Plano de Contas. A entidade propôs que seja estabelecido um projeto de capacitação municipal em parceria com a STN. Esta, por sua vez, iniciou a elaboração da sexta edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que será publicada este ano para o exercício de 2015. E já disponibiliza em seu site a consulta para as provisões dos ativos e passivos contingentes, as transações sem contraprestação, reflexo patrimonial das despesas de exercícios anteriores e a receita orçamentária. Para Alberto Gergull, o estudo detalhado sobre recursos, peculiaridades e tamanho do Estado ou do município é fator determinante para o sucesso no processo de convergência.

Outras ações sugeridas pelos especialistas são:
Valorização do time interno – investir em recursos humanos com remuneração e um modelo de trabalho adequados. Além disso é importante manter um time interno, ainda que reduzido, que dê continuidade aos processos, mesmo que eles tenham sido iniciados por empresas terceirizadas.

Gestão integrada e apoio institucional - é essencial buscar o apoio institucional do Governo e da Secretaria de Fazenda para conseguir levantar as informações contábeis de forma completa e alinhada.

Relacionamento - estreitar o relacionamento com a Contadoria Geral da União é importante para poder compartilhar as dificuldades e levantar soluções. Vale ressaltar também a troca de informações com os entes que estão em processo mais avançado.

Unesp fez parceria com o Ibracon

O novo sistema de contabilidade da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em uso desde 2013, foi criado por uma comissão de contabilidade interna em parceria com a área de tecnologia da instituição.

De acordo com Paulo Cesar Brito, responsável pelo grupo técnico de planejamento e desenvolvimento de RH, quando o sistema foi implantado, notou-se a necessidade de desenvolver a formação técnica dos profissionais de contabilidade. Essa demanda levou a uma parceria entre a Unesp e o Ibracon.

"Entendemos que o Instituto tinha as mais atualizadas informações sobre o processo de convergência e, de fato, o treinamento veio coroar tudo que estava sendo feito por nossos funcionários", comenta.

Divulgação

PAULO CESAR BRITO

O debate continua

A MOBILIZAÇÃO EM TORNO DO PROJETO DE LEI PARA CONVERSÃO DA MP 627 PERMANECE INTENSA

As mudanças no texto do projeto de lei para conversão da Medida Provisória 627 apresentado pelo relator Eduardo Cunha (PMDB-RJ) não foram suficientes para amenizar as angústias de boa parte dos profissionais, entidades e empresas afetados pelas novas regras. É verdade que algumas reivindicações importantes foram atendidas, mas as discussões prosseguem durante a tramitação do projeto no Congresso até a sanção da presidente Dilma Roussef. E prometem ser acaloradas.

A MP 627, publicada pelo Governo em novembro de 2013, tinha como objetivo consolidar a adoção das IFRS no Brasil, com alterações na legislação tributária federal, incluindo, entre outros, o IRPJ, PIS/Pasep, Cofins e, principalmente, colocando fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), criado em 2008 pela Receita Federal quando se tornou obrigatória a utilização dos padrões internacionais de contabilidade.

"A MP entra nessa seara como uma necessidade. Elaborada com o objetivo de ajustar o entendimento legal e tributário às regras contábeis, o texto é aguardado há seis anos, mas ainda depende de avaliações e ajustes, tanto que foi objeto de centenas de emendas parlamentares", explica Nelson Zafra, vice-presidente de Registro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A mobilização em torno do tema é intensa. No dia 26 de fevereiro, Zafra apresentou as sugestões do CFC em audiência pública da comissão mista do Congresso Nacional, que analisa a MP. As principais sugestões são relacionadas aos artigos que tratam das multas estipuladas para o e-Lalur (o livro eletrônico de escrituração e apuração do IRPJ e CSLL sobre o lucro líquido da pessoa jurídica tributada pelo lucro real), sobre o ajuste a valor presente (AVP), subcontas para AVP e AVJ, subvenções para investimento, juros sobre o capital próprio, concessões de serviços públicos, isenção na distribuição de lucros e dividendos gerados no RTT. Sobre o RTT, o vice-presidente explicou que o Conselho desaprova qualquer norma restritiva com o objetivo de impor condições para isentar somente os lucros e dividendos efetivamente pagos até a data de publicação da lei, resultado da conversão da MP 627, como apresenta o texto.

Divulgação

NELSON ZAFRA

"Por ocasião da publicação da Instrução Normativa nº 1.397/2013, da Receita Federal, o CFC, em conjunto com outras entidades, já se posicionou no sentido de que não deve haver tributação sobre dividendos pela diferença entre critérios societários e fiscais", afirma Nelson Zafra.

Na audiência pública, ele destacou as normas que não estão cobertas pela medida e que podem gerar controvérsias após a aprovação da lei, como a NBC TG 30, que trata do reconhecimento de receitas; a NGB TG 39, sobre instrumentos financeiros; e a NBC TG 1000, relacionada à contabilidade para as pequenas e médias empresas.

Zafra alertou para a dificuldade que as pequenas e médias empresas podem encontrar para se adaptarem às novas regras. Para ele, é preciso levar em consideração que tais companhias não têm estrutura e condições financeiras para atender ao novo padrão, ao contrário da situação das grandes empresas de capital aberto.

"As alterações feitas pelo deputado Eduardo Cunha no texto original foram importantes para garantir, por exemplo, a possibilidade de aproveitamento do valor total do ágio pago nas aquisições de participações societárias, sendo que a MP só permite a dedução fiscal do ágio ou da mais valia paga pelo saldo existente na contabilidade na data do evento de incorporação da empresa adquirida", analisa Claudio Yano, diretor executivo de Impostos da EY, que acompanhou a exposição do CFC na comissão do Senado.

Alfried Karl Plöger, vice-presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e coordenador de Relações Institucionais do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aponta que a proibição do ágio intercompanhias prevista na MP 627 ainda gera grande expectativa. "Isso pode afastar empresas do Exterior que pretendiam investir no Brasil. O que é muito complicado, porque temos empresas em dificuldades e que poderiam ser alvo de fusões e aquisições. Essas empresas vão morrer e postos de trabalho serão fechados. O Fisco dispõe de meios para saber se uma fusão ou aquisição foi feita apenas para evitar o pagamento de impostos", afirma Plöger.

Outra alteração digna de nota no projeto de lei de conversão, na avaliação de Yano, está relacionada ao dispositivo que garante a isenção na distribuição de lucros ou dividendos gerados no período do RTT, quando excedentes aos valores apurados com base nos métodos e critérios vigentes em 31 de dezembro de 2007. "A MP dá isenção aos valores efetivamente pagos até a data de sua publicação – 12 de novembro de 2013 – e, ainda assim, condiciona que a empresa opte pela adoção antecipada do novo regime tributário já em 2014. Pelo texto do relator, a isenção alcançaria os lucros efetivamente pagos até a data da publicação da lei de conversão da MP, eliminando também a condição da opção pelo novo regime para que a empresa possa ter tal benesse", diz Yano.

Apesar dos aspectos positivos do projeto de lei, ele considera que muitos temas ainda vão gerar discussões intensas nos debates no Congresso, especialmente por causa da inflexão entre o Fisco e os contribuintes.

Ele também avalia que, assim como aconteceu com o movimento de convergência às IFRS, "a MP 627, ao buscar o alinhamento das normas fiscais à nova contabilidade, representa um avanço, na medida em que se abandona a âncora em uma contabilidade que não existe mais, mas que servia de premissa ao RTT. Isso vai gerar a necessidade de um novo aprendizado ou reciclagem dos profissionais".

Otimismo

O secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Freitas Barreto, considera que as negociações com o relator Eduardo Cunha foram muito bem, inclusive com a compreensão por parte do parlamentar de pontos considerados muito técnicos. "Ele contribuiu para o aperfeiçoamento da MP e tenho certeza de que, quando a lei for sancionada, haverá um ganho enorme para os contribuintes e profissionais de contabilidade", diz Barreto.

Quanto à tributação de dividendos, o secretário admite que existe um impacto fiscal. Segundo ele, "não é uma questão meramente técnica; a decisão vai subir de patamar e ficará para o final, quando será possível ver o que pode ser contemplado na nova lei".

"O secretário está disposto a ouvir e abriu um canal permanente para que possamos estar mais próximos e participar da discussão das medidas normativas antes de serem editadas, de modo a evitar problemas que podem surgir de medidas provisórias e instruções normativas não discutidas previamente com os auditores e contadores", explica Antoninho Marmo Trevisan, presidente da Trevisan Consultoria & Gestão, que participou, ao lado de Barreto, de um debate sobre o fim do RTT, promovido pela Associação Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon).

Ed Guimarães

ANTONINHO MARMO TREVISAN

Alyne Thacila/ Ex-Libris Comunicação

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

CT do Ibracon

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) anunciou, no final de fevereiro, o entendimento de que as empresas devem divulgar nas notas explicativas dos balanços anuais as consequências que podem sofrer diante da vigência da MP 627.

A recomendação está alinhada com o Comunicado Técnico nº 02/14, emitido pelo Ibracon, com orientações para que, quando da revisão das demonstrações contábeis, os auditores avaliem os procedimentos adotados ou a serem adotados, pela administração das entidades, relativos aos possíveis impactos das disposições contidas na Medida Provisória 627.

Sinal amarelo

O sinal de alerta soou mais forte no início de fevereiro em entidades como o Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e a Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), quando o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou, durante a abertura do ano legislativo no Congresso Nacional, que a aprovação do novo Código Comercial é uma das prioridades em 2014.

"Nos articulamos para discutir o assunto, mas a proposta é muito vasta. O tempo de debate foi extremamente curto e não temos segurança de que tudo está adequado. Não há dúvidas de que precisamos de estudos mais aprofundados", afirma Alfried Karl Plöger, vice-presidente da Abrasca e coordenador de Relações Institucionais do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O anteprojeto de lei do novo Código Comercial chegou ao Senado em novembro do ano passado, após ser analisado por uma comissão de juristas. Entre setembro e outubro, o texto, com mais de 1,1 mil artigos, foi submetido à consulta pública por 30 dias. Para Plöger, é impossível ler todo esse volume em apenas um mês.

"Fizemos algumas sugestões a deputados e senadores, mas isso é insuficiente. Um grupo de advogados já pensa em lançar um abaixo-assinado contra o projeto. Mesmo trabalhando de forma voluntária, nas poucas horas vagas que sobram, encontraram alguns pontos que podem gerar problemas para as empresas no futuro".

ALFRIED KARL PLÖGER

Um dos exemplos citados pelo vice-presidente da Abrasca diz respeito aos dividendos recebidos pelos acionistas de uma companhia de capital aberto em boa-fé, o que é suprimido no texto. Na opinião de Plöger, esse é um assunto já definido claramente no artigo 201, parágrafo 2º, da Lei das S.A. (6.404/76), de cuja leitura "presume-se a má-fé quando os dividendos forem distribuídos sem o levantamento do balanço ou em desacordo com os resultados deste".

ABRASCA PEDE DEBATE MAIS AMPLO SOBRE NOVO CÓDIGO COMERCIAL E VÊ PROBLEMAS À FRENTE, SE O TEXTO FOR APROVADO

Diante da intenção das lideranças parlamentares de acelerar a tramitação do novo Código Comercial no Congresso, a Abrasca criou um Grupo de Trabalho para acompanhar o tema e insiste em um debate mais aprofundado.

Plöger admite que o Código Comercial, editado em 1850, tem pontos ultrapassados e que devem ser modernizados. "Obviamente, há aspectos positivos no novo código, mas seria mais produtivo criar projetos de lei específicos, com alterações pontuais, em vez de uma mudança tão profunda, que vai gerar dúvidas e, certamente, processos judiciais demorados", analisa.

No final de 2013, a Abrasca realizou uma consulta às empresas associadas e a maioria já havia defendido a aprovação de leis específicas e apontado que um novo código poderá causar efeitos negativos no mercado.

Colcha de retalhos

O vice-presidente da Abrasca sugere, também, uma ação conjunta das entidades interessadas para colocar um freio nos debates em torno do novo Código Comercial no Congresso. "O assunto é complexo e ficou longe das discussões da grande mídia. As próprias entidades, como nós, na Abrasca, ou o Ibracon, não contam com estrutura suficiente para analisar um tema tão complexo em pouco tempo. O meu maior receio é que talvez já seja tarde demais, pois o projeto está em tramitação avançada, e vamos ter consequências ruins", reforça.

CONSULTA MOSTRA QUE A MAIORIA DAS EMPRESAS DEFENDE APROVAÇÃO DE LEIS ESPECÍFICAS

Ele acredita, por exemplo, que as novas regras vão afastar os investidores estrangeiros, "já assustados com os problemas que vivenciamos em outras áreas, como o baixo crescimento, a carga tributária elevada, as manifestações contra a Copa do Mundo e as dificuldades no abastecimento de energia elétrica".

Sobre o fato de o presidente do Senado, Renan Calheiros, ter ressaltado a necessidade de regulamentação do comércio eletrônico e garantido que o novo código estará afinado com as melhores práticas internacionais, Plöger critica: "Alguns pontos são importantes, sim. E temos muitos trechos do projeto que foram literalmente copiados do código dos Estados Unidos. O problema é que não se discute como adaptar isso à realidade brasileira. Acho que muitos parlamentares não têm a menor noção do abacaxi que é isso. Acabou virando uma colcha de retalhos", finaliza.

Mobilização freia medida negativa ao setor

UNIDAS, ENTIDADES ALCANÇAM VITÓRIA CONTRA PROPOSTA QUE ELEVARIA CARGA TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS

A decisão do Governo Federal de engavetar o projeto de unificação do cálculo do PIS/Cofins foi uma vitória de entidades como o Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), que se uniram para mostrar à sociedade as desvantagens da medida.

Um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), a pedido da Fenacon, revelou que haveria grande impacto na carga tributária do setor de serviços e, consequentemente, nos índices de inflação, caso os planos de unificar o PIS/Cofins fossem levados adiante.

A partir dos resultados do estudo, as entidades deram início a uma mobilização que incluiu contatos com grandes veículos de comunicação e o envio dos resultados apontados pelo IBPT à ministra Gleisi Hoffmann, que até o início de fevereiro ocupava a Casa Civil.

"Era na Casa Civil que a proposta de unificação vinha sendo arquitetada e a melhor resposta que recebemos foi a notícia de que, pelo menos por enquanto, não se vai mexer no PIS e na Cofins. Foi uma vitória. Não há espaço para aumento da carga tributária neste país", afirma Valdir Pietrobon, presidente da Fenacon por três mandatos e que desde janeiro ocupa o cargo de diretor político-parlamentar da entidade, justamente com o objetivo de estreitar o relacionamento com o Poder Público.

VALDIR PIETROBON

Pietrobon também reitera que foi fundamental o envolvimento de outras entidades, como o Ibracon, o Sescon-SP (que faz parte da Fenacon), o próprio IBPT, que foi contratado para fazer o estudo, e até a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), que fez um primeiro alerta sobre o projeto do PIS/Cofins e auxiliou na divulgação dos resultados da pesquisa que indicava a alta dos impostos.

A luta continua

O diretor da Fenacon é enfático na defesa de que as entidades devem continuar unidas e atentas. "Vamos lançar uma agenda parlamentar com todos os projetos em tramitação no Congresso Nacional que são de nosso interesse e acompanhar de perto, seja para aprovar, para reprovar ou para pedir o arquivamento", diz.

O presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti, faz coro à necessidade de o setor manter-se atento aos próximos passos do Governo Federal. "É importante prosseguir com a mobilização, acompanhando a questão tributária para que não tenhamos novas surpresas. Não podemos ficar acomodados porque o Governo desistiu de unificar o PIS/Cofins. Além de evitar medidas que venham a onerar nosso segmento, temos de buscar propostas para reduzir os tributos. Essa é a luta que temos de enfrentar", enfatiza.

Luis Germano

EDUARDO POCETTI

Reforma tributária

Na opinião de Valdir Pietrobon, "está na hora de o Brasil ter um novo sistema tributário. Não falo em reforma, porque não resolve. Quando a gente reforma uma casa, nem tudo fica perfeito. Às vezes é melhor derrubar a casa e construir do zero. Temos o bom exemplo do Simples Nacional, que funciona para as pequenas empresas, mas precisamos mudar tudo no sistema tributário brasileiro".

Ele ainda faz referência aos dados divulgados no final de janeiro pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que colocam o Brasil como vice-campeão no *ranking* dos países com maiores cargas tributárias na América Latina. Com impostos totais de 36,3% do PIB, o País só fica atrás da Argentina (ver quadro).

"Isso precisa mudar já. É uma carga tributária de primeiro mundo, mas nós temos serviços de terceiro mundo. É um absurdo a gente pensar no índice da OCDE e ainda ter de pagar escola para os filhos, planos de saúde particulares, segurança. Isso sem falar no emaranhado de regras. A cada dia sai uma nova resolução, uma instrução normativa. É muito difícil fazer as coisas acontecerem neste país", desabafa Pietrobon.

Luis Germano

MARCO AURELIO FUCHIDA

Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral do Ibracon, também defende a continuidade da mobilização das entidades contra a elevação da carga de impostos e acredita que é preciso brigar por alterações no regime tributário.

Há situações que devem ser analisadas e revistas, como o fato de coexistirem dois regimes de tributação para o mesmo setor, de acordo com o faturamento. É o caso da atividade de auditoria independente. As empresas que estão no lucro presumido têm uma alíquota de PIS/Cofins de 3,65%. Quando passam para o lucro real a alíquota, no regime não cumulativo, vai para 9,65% quase sem créditos, o que praticamente dobra a tributação. É como dizer: 'não cresça, pois, se crescer, vou te tributar mais'. É uma incoerência", esclarece.

Carga pesada I

O Relatório de Estatísticas Tributárias na América Latina 2014, da OCDE, comparou a carga tributária dos países da América Latina em 2012. Enquanto a média dos países ricos é de 34%, a cobrança de impostos no Brasil, considerando as contribuições para a seguridade social, representou 36,3% do PIB em 2012, muito superior aos 30,1% registrados em 2000. Na Argentina, a carga tributária é de 37,3%. Em 2012, a arrecadação fiscal brasileira atingiu R$ 1,59 trilhão, ante os R$ 354,8 bilhões de 2000.

O Uruguai aparece em terceiro lugar, no *ranking* da OCDE, com dez pontos percentuais abaixo do Brasil. A média brasileira é a que mais se aproxima da média da OCDE, formada por 34 países, quase todos desenvolvidos.

Carga pesada II

Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação – IBPT mostra que a carga tributária do Brasil, de 36,42% do PIB, coloca o país em último lugar no *ranking* dos BRICs. A média do bloco dos emergentes é de carga tributária de 22%, quase a metade da brasileira. A Rússia arrecada 23% do PIB em impostos; a Índia, 13%; a China, 20%, e a África do Sul, 18%.

Revelam ou ocultam?

REGULADORES APROFUNDAM DEBATE SOBRE QUALIDADE VERSUS QUANTIDADE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas que acompanham os balanços das empresas continuam crescendo em quantidade de informações, sem necessariamente acrescentar qualidade aos mesmos. E a irritação dos agentes do mercado se eleva na mesma proporção. Dada a importância do tema, cujos debates vêm ganhando força na última década – e não apenas no Brasil –, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) continua mobilizado para orientar o mercado nacional.

A entidade iniciou um processo de consulta pública sobre a elaboração de notas explicativas em janeiro, com duração prevista de três meses (até 24 de março). O CPC também criou, em 2012, o Grupo de Estudos Notas Explicativas, coordenado por Haroldo Levy.

"Estamos em um período de transição, no qual, por receio de omitir informação e ferir as normas, os contadores colocam o máximo de informações. É hora de nos preocuparmos mais com a qualidade da informação que deve constar nas notas explicativas e nem tanto com o volume", analisa Levy.

Para ele, o ponto mais importante está baseado na nova cultura contábil implantada pela convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade (as IFRS). "Elas trouxeram mudanças muito importantes na gestão das empresas e também no que se refere ao relato integrado das informações. Áreas que nem se conheciam passaram a trocar informações, melhorando a transparência corporativa. Sem dúvida há relatórios exagerados,

Flavio Guranieri

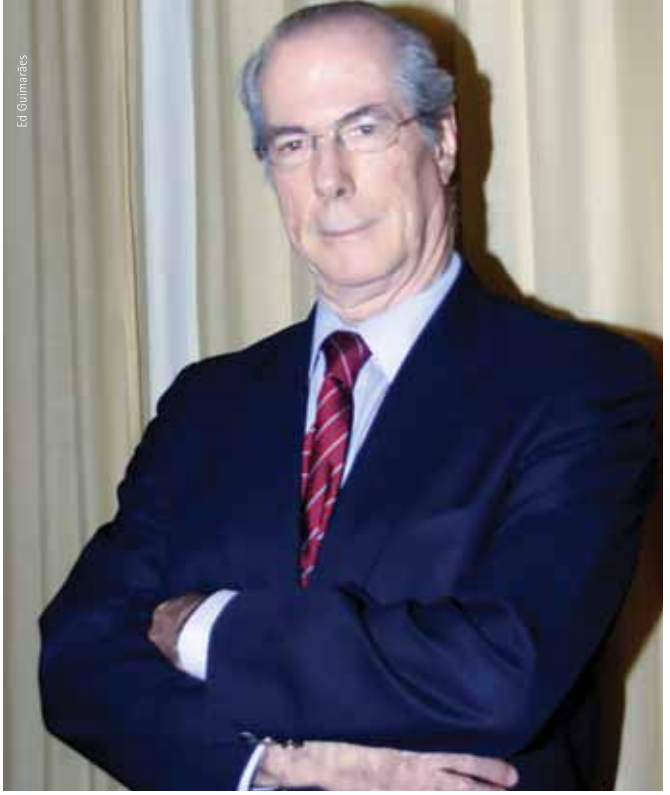
HAROLDO LEVY

mas a transparência aumentou. Precisamos melhorar, agora, a qualidade dos dados nas notas explicativas", pondera.

Segundo Levy, o ponto-chave das discussões no âmbito do CPC é a relevância das informações. "A boa informação pode mudar a estratégia de uma empresa e, mesmo, de eventuais investidores", destaca. O coordenador do grupo de estudos

do CPC acrescenta que a reprodução de informações muitas vezes desnecessárias estaria trazendo como consequência o aumento do custo dessa divulgação. "Isso também é foco de reclamações dos diversos agentes do mercado, desde os preparadores dos relatórios contábil-financeiros até os analistas, passando pelos conselheiros das companhias", finaliza.

O tema notas explicativas também foi discutido no X Seminário Internacional CPC, realizado pela Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC), no final do ano passado, com a presença de Aldo Bertolucci, membro observador do CPC e representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para ele, o que o investidor precisa é de "melhores informações" e não "mais informações". Bertolucci também avalia que as notas explicativas dobraram de tamanho desde a adoção das IFRS. "Mas isso não significa que os agentes do mercado estejam conseguindo entender melhor as demonstrações", diz.


Ed Guimarães

ALDO BERTOLUCCI

TAMANHO PODE ENCARECER A DIVULGAÇÃO

Arquivo Ibracon

AMARO GOMES

Palavras demais

Essa situação não é exclusividade brasileira. Amaro Gomes, membro do conselho do International Accounting Standards Board (Iasb), o Comitê Internacional de Normas de Contabilidade, explica que é um fenômeno mundial, que vem sendo discutido por grupos de estudo de vários países. "O crescimento no volume de dados das notas explicativas ocorre em todo o mundo, assim como a queda na qualidade das informações", lamenta Amaro Gomes.

O Iasb também estuda como resolver o problema. Uma sugestão já em debate é aprimorar as notas explicativas e, principalmente, esclarecer a aplicação do princípio de materialidade para, com base nele, publicar apenas informações relevantes.

A professora e pesquisadora Edilene Santana, coordenadora do Núcleo de Controladoria do Instituto de Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV), cita um levantamento realizado pela Securities and Exchange Commission (SEC), abrangendo 183 empresas de diversos países. "O estudo mostrou numerosas deficiências em notas explicativas", resume Edilene, que, com o apoio do CNPQ e da GV Pesquisa, realizou a pesquisa *Notas explicativas extensas no Brasil: revelam ou ocultam?*, ao lado das professoras Vera Ponte (UFC), Maísa de Souza Ribeiro (USP-RP) e Patrícia Mapurunga (UFC).

O estudo comparou o nível de *compliance* com o *disclosure* requerido pelo IFRS e analisou a materialidade. A pesquisa trabalhou com amostras de 366 empresas não financeiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, tendo analisado 28 normativos, agrupados em 30 temas. As professoras fizeram um *checklist* das exigências de divulgação de cada CPC, com categorias e subcategorias, totalizando 638 itens de divulgação.

"A pesquisa mostrou que as empresas apresentam apenas 16% das informações que são solicitadas pelas 28 normas CPC. Em um outro critério, mais tolerante, esse percentual sobe para 34%, ou seja, apenas 1/3 do que é necessário", explica Edilene Santana.

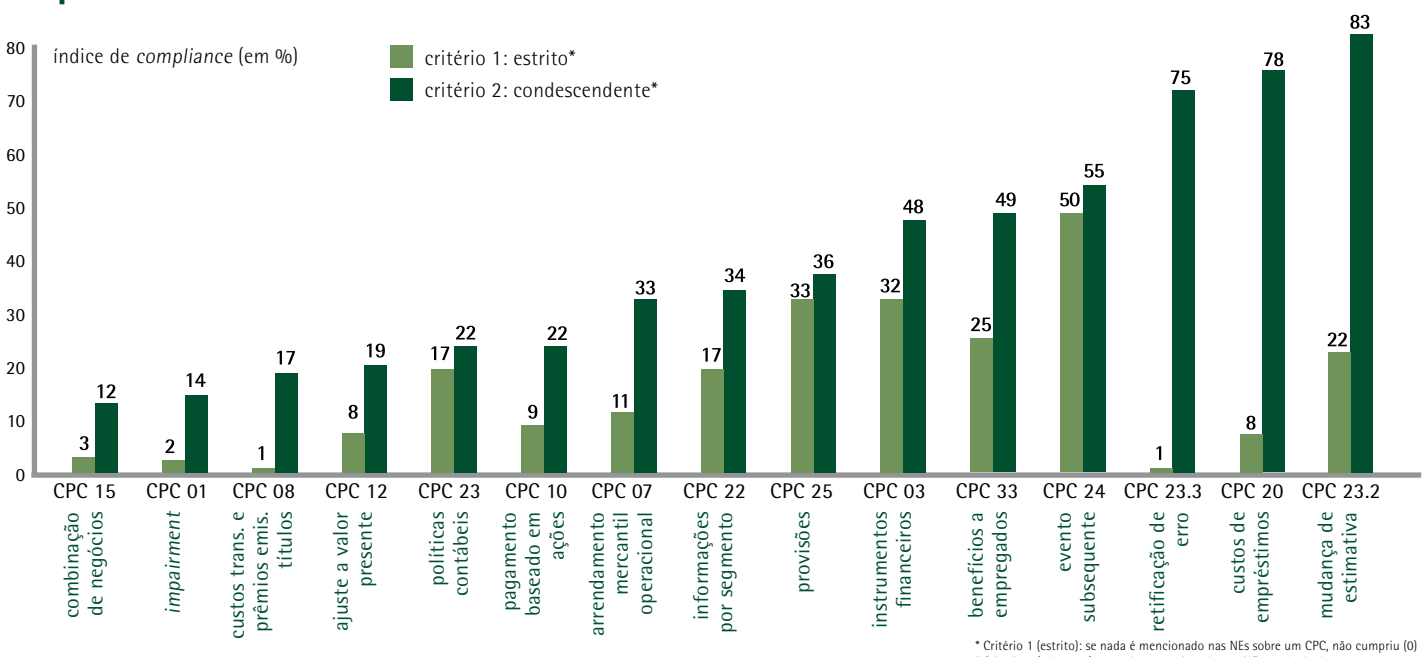
Sobre a extensão nas notas explicativas, a professora Edilene Santana alerta que "mais palavras não transmitem mais informações". Ela critica o inchaço dos balanços, que não contêm dados relevantes. "A qualidade dessas informações é muito baixa e isso tem relação também com a nossa cultura latina. Como comparação, em países de formação anglo-saxônica os relatórios trazem detalhes mais relevantes, em média".

Como exemplo de informações irrelevantes, que nunca deveriam constar em balanços, Edilene aponta uma ocorrência que se

EDILENE SANTANA

Índice de *compliance* por CPC

Aplicabilidade observada nas NEs



* Critério 1 (estrito): se nada é mencionado nas NEs sobre um CPC, não cumpriu (0)
* Critério 2 (tolerante): se nada é mencionado nas NEs, excluído da amostra

repete com frequência. O contador descreve uma determinada norma CPC, algo totalmente dispensável em um relatório financeiro. "Não há necessidade de se copiar, no relatório, o enunciado da norma", enfatiza a pesquisadora da FGV.

Edilene alerta, ainda, que alguns modelos de auditoria são genéricos. Portanto, cada empresa deve adaptar o conteúdo ao seu perfil de atuação. Aqui, o coordenador do Grupo de Estudos do CPC, Haroldo Levy, complementa dizendo que muitos profissionais se equivocam ao julgar que inserindo maior quantidade de informações estarão sendo mais transparentes. "Isso gera desinformação e os dados relevantes ficam perdidos no meio de tudo, dificultando a localização do que realmente interessa, em meio a tantas informações", critica.

A pesquisa coordenada pela professora Edilene mostra que as empresas brasileiras não têm aplicado adequadamente o conceito de materialidade da informação em suas divulgações ao mercado. "Isso fica claro, por exemplo, ao se verificar que as empresas fornecem, em média, apenas 25% das informações requeridas pelo CPC 27, se considerarmos na amostra todas as empresas que têm qualquer valor no imobilizado. Mas, para empresas que contam com um imobilizado muito pequeno,

EMPRESAS APRESENTAM APENAS 16% DAS INFORMAÇÕES SOLICITADAS PELAS 28 NORMAS CPC

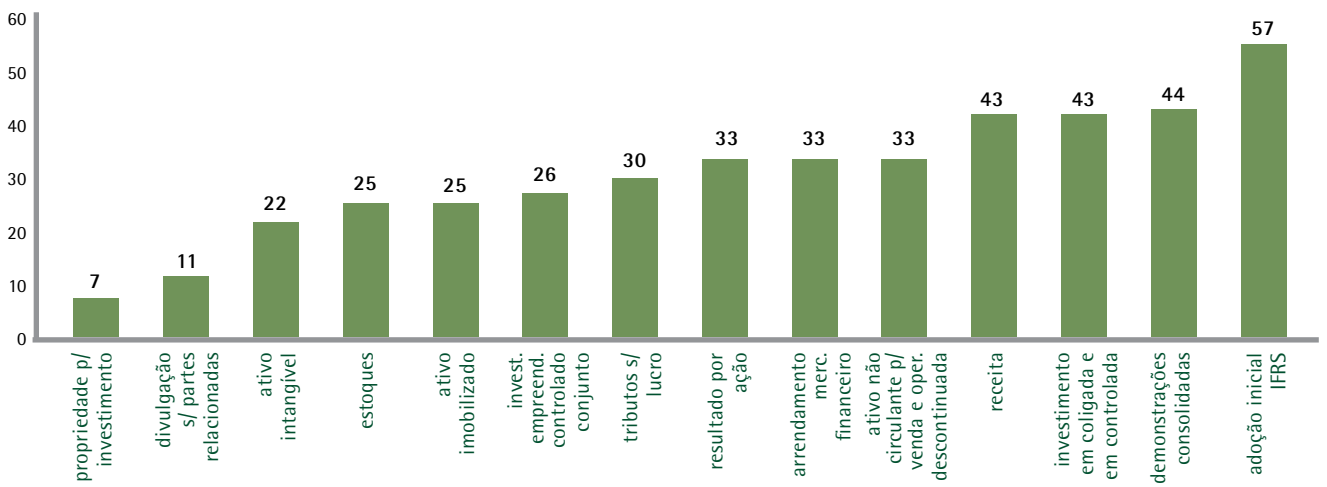
muitos dos detalhamentos requeridos pelo CPC 27 nas notas explicativas tendem a não ser relevantes por serem pouco significativos. No entanto, ao excluirmos da amostra as empresas em que o imobilizado representa menos de 5% do seu ativo total, verificamos que o índice de divulgação fica praticamente igual, em 28%", explica.

Segundo ela, o estudo detectou dois problemas principais. O primeiro é que o índice de informações divulgadas é praticamente o mesmo, quer a informação seja altamente significativa ou não. "Isso quer dizer que as empresas não estão aplicando adequadamente o conceito de materialidade da informação", diz. O outro problema é que, mesmo quando a informação é claramente significativa (o imobilizado representa mais de 20% do ativo, por exemplo), as empresas continuam informando muito pouco, apenas cerca de 28% da informação requerida.

Índice de *compliance* por CPC

Aplicabilidade observada no BP/DRE

índice de *compliance* (em %)



Oportunidade para as FAPMP

Em 2013, o Ibracon promoveu 119 eventos de educação continuada por meio das Regionais, que mobilizaram 3.118 participantes em todo o País.

"Estamos dando início ao calendário deste ano. E gostaríamos de convidar as firmas de auditoria de pequeno e médio portes (FAPMP) a fazerem maior uso do Ibracon, principalmente para aperfeiçoar a formação de seus auditores", diz Carlos Sousa, diretor de Desenvolvimento Profissional da Nacional.

"Temos pacotes com preços atrativos. Pelo portal do Ibracon, as firmas podem contratar cinco ou dez cursos, conforme sua necessidade, a preços mais acessíveis. O Ibracon também oferece descontos a firmas associadas", destaca o diretor.

Ele é enfático ao afirmar que, mais do que atender às normas de pontuação do CFC em relação à educação continuada, os cursos do Ibracon são essenciais para a atualização de conhecimento dos auditores das firmas.

"As grandes firmas de auditoria contam com departamentos de treinamento bem estruturados, mas as FAPMP enfrentam maiores dificuldades para acompanhar o ritmo das alterações nas normas", explica Sousa.

Além dos cursos, ele acrescenta que as FAPMP também ganham muito em conhecimento participando das diversas instâncias de debates e estudos do Ibracon. O Instituto tem a Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT), que conta com um Comitê de Normas de Contabilidade (CNC) e um Comitê de Normas de Auditoria (CNA), além de 15 Grupos de Trabalho (GTs).

Esses são excelentes fóruns para compartilhar e adquirir conhecimento. E estão disponíveis a todos.

Atividade nas Regionais em 2013

Regional	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	9ª	Total
nº eventos	11	16	8	72	11	1	**119**
nº participantes	301	289	222	2032	241	33	**3118**
carga horária total	60	204	84	434	94	40	**916**

Cursos *on-line* em 2013
Novas Normas de Auditoria

Módulo 1	418
Módulo 2	201
Módulo 3	227
Total	**846**

Goodluz/Thinkstock

CFC aperfeiçoa educação continuada

CARLOS SOUSA

NOVO TEXTO DA NBC PA 12 FLEXIBILIZA ALGUMAS REGRAS E ESCLARECE SITUAÇÕES PASSÍVEIS DE JUSTIFICATIVA

As recentes alterações promovidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na norma que regulamenta o Programa de Educação Profissional Continuada foram bem recebidas pela área de Desenvolvimento Profissional do Ibracon.

"Elas contêm boas notícias para os auditores, à medida em que flexibilizam o cumprimento das exigências da educação continuada e aperfeiçoam o trabalho de avaliação por parte da Comissão de Educação Profissional Continuada do CFC (CEPC-CFC)", explica Carlos Sousa, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon, que integra a comissão. Segundo ele, a resolução anterior era omissa em alguns aspectos práticos, que estão agora melhor definidos.

Um exemplo diz respeito aos parâmetros para a CEPC julgar situações específicas. A nova redação esclarece que "os profissionais que, por motivos comprovadamente justificados, estejam impedidos de exercer a profissão por período superior a 60 dias, devem cumprir o programa de EPC proporcionalmente aos meses trabalhados no ano". Segundo Sousa, são consideradas justificativas válidas para este fim a licença-maternidade; enfermidades; acidentes de trabalho; e outras situações a serem deliberadas pela CEPC.

Para manter seu nome do Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), o auditor continua precisando acumular um total de 40 pontos, sendo que no mínimo 20% dessa pontuação deve provir de "aquisição de conhecimento" nas modalidades presenciais, a distância e mistas por meio de cursos ou eventos credenciados; cursos de pós-graduação oferecidos por IES credenciadas pelo MEC (*stricto sensu* e *lato sensu*) e cursos de extensão devidamente credenciados no PEPC.

Os pontos restantes podem ser adquiridos com docência em disciplinas ou temas relacionados ao PEPC, com produção intelectual de forma impressa ou eletrônica relacionada ao PEPC (publicação de artigos em revistas nacionais e internacionais; estudos e trabalhos de pesquisa apresentados em congressos nacionais ou internacionais; e autoria, co-autoria e/ou tradução de livros publicados) e, ainda, como participante em comissões técnicas e profissionais do CFC, dos CRCs, da FBC, da Abracicon, do Ibracon e outros órgãos reguladores, no Brasil ou no exterior; e como orientador de tese, dissertação ou monografia.

Sousa explica que também houve flexibilização em relação aos cursos não homologados, mas que dizem respeito à profissão, como cursos específicos de varejo ou energia, por exemplo. "A norma, agora, permite que, até um determinado limite, o auditor inclua esses cursos voltados para aprofundar conhecimentos do negócio de determinados segmentos industriais", explica Sousa.

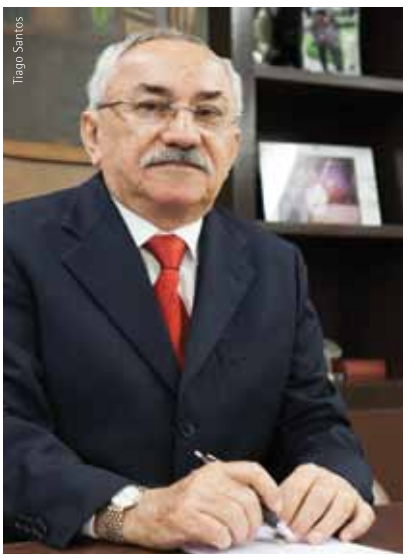
+ Atenção aos menores

NOVO PRESIDENTE DO CFC QUER MAIS EDUCAÇÃO CONTINUADA E CONHECIMENTO PARA OS PROFISSIONAIS FORA DO EIXO RIO-SP-BRASÍLIA

Uma década após sua primeira gestão à frente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Martonio Alves Coelho reassume a presidência da entidade no biênio 2014/2015. Mas, para ele, é como se esse afastamento não tivesse acontecido. "Direta ou indiretamente, mantive participação ativa e muito próxima ao CFC, assim como de todo o sistema contábil nacional, incluindo o Ibracon, com o qual sempre tive excelentes relações", afirma o presidente que, até o final de 2013, esteve à frente da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC). Juarez Carneiro, que comandou o CFC até o final do ano passado, agora preside a FBC.

Martonio assume a presidência do CFC com propostas bem definidas. "As grandes corporações da contabilidade e da auditoria contam com profissionais muito bem aquinhoados com o conhecimento e têm condições de manter um ritmo constante de treinamento. Chegou o momento de investir na educação da grande massa de profissionais das firmas de pequeno e médio portes, que atendem mais diretamente às pequenas e médias empresas, as PMEs", afirma. Martonio quer levar conhecimento para além do eixo Rio-São Paulo-Brasília. "Precisamos expandir nosso alcance geograficamente, trabalhar com os profissionais dos pontos mais longínquos do Brasil", diz o presidente.

Para isso, ele pretende fortalecer as relações com parceiros importantes, como o Sebrae, a Receita Federal e a Fenacon. "Precisamos nos reaproximar, estreitar relações para identificar quem é essa massa de profissionais que carece de mais informação e conhecimento. Não podemos esquecer que, hoje, as pequenas empresas também têm relações transnacionais e muitas, aqui no Ceará mesmo, exportam para o mundo todo", acrescenta Martonio.


Tiago Santos

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO

Ele avalia que a educação continuada para os auditores já está bem configurada e implantada, para atender aos reguladores (CVM, Susep, Banco Central). "Agora, queremos expandir para o contador, para o profissional que trabalha na ponta, que faz a contabilidade. É importante que ele agregue esse conhecimento, para resguardar a entidade econômica e, de certa forma, facilitar o trabalho da auditoria, que vem referendar ou não a demonstração contábil. É importante treinar quem está na ponta", afirma.

Lembrando que o exame de suficiência tem mostrado a deficiência do ensino superior, Martonio conta que o CFC está criando um sistema de análise para captar subsídios para a melhoria da formação fornecida pelas instituições de

ensino. "Vamos analisar em detalhes o conjunto de alunos de cada instituição, estratificando os dados de modo a entender a perfomance de cada um, onde se concentram os erros e acertos. O resultado será enviado às entidades de ensino", conta.

Outro projeto do novo presidente do CFC é estreitar o trabalho com os presidentes regionais dos CRCs. "A vice-presidência Operacional vai monitorar as gestões dos conselhos, mas preservando plenamente sua autonomia. Queremos nos colocar à disposição, trabalhar em conjunto e prover o que for necessário para que os profissionais possam ser atendidos da melhor forma possível em suas regiões", assegura.

O Ibracon nos CRCs

A renovação dos quadros do CFC e dos CRCs em todo o Brasil conta com a participação de representantes do Ibracon. Marco Aurélio Cunha de Almeida, novo presidente do CRC/MG, integra o Conselho de Administração e preside a 4ª Regional do Ibracon. Antônio Carlos de Castro Palácios, eleito para a presidência do CRC/RS, também é do Conselho de Administração. E Claudio Avelino Mac-Knight Filippi, que assumiu o comando do CRC/SP, é ex-presidente da 5ª Regional e integrou a Nacional como vice-presidente de Assuntos Técnicos.

CLAUDIO MAC-KNIGHT

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA

ANTÔNIO CARLOS PALÁCIOS

Visibilidade com credibilidade

A Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) também renovou sua direção, com a eleição e posse de Mário Berti como presidente.

Ele assume disposto a modernizar a administração da Fenacon e fortalecer os sindicatos filiados, o que, na sua percepção, deixará a Federação ainda melhor. Berti também ressalta o bom relacionamento da Fenacon com as diferentes esferas do Poder Público desenvolvido durante as últimas gestões da entidade. Para ele, "o projeto de visibilidade e aumento da credibilidade se reveste de uma importância ímpar. Se eu conseguir repetir o que foi feito na última gestão, por exemplo, já me darei por satisfeito. E digo isso no aspecto do relacionamento político-parlamentar, em que a Fenacon conseguiu um espaço muito importante e que pretendo manter. A participação conjunta com os parlamentares, quando da implantação de novas leis que regem o segmento que representamos precisa continuar".

A atuação da Fenacon na luta contra a elevação da carga tributária é outro tema que Berti pretende levar adiante. Ele admite, porém, que os resultados práticos, às vezes, demoram a aparecer, "porque é um assunto que vem se arrastando há muito tempo e o Governo não parece muito interessado nele". O novo presidente da Fenacon lembra que o Brasil ocupa os primeiros lugares em *rankings* internacionais que comparam o peso da carga tributária dos países.

MÁRIO BERTI

"Dizem os tecnocratas de plantão que a carga tributária é alta porque o custo para manter a máquina administrativa é alto. Ora, simples assim. Se eu gasto muito, preciso arrecadar muito. Mas, não seria o caso de repensar o modelo brasileiro de máquina administrativa? Adequá-la a uma realidade mais condizente, que permitisse a redução da carga tributária, oferecendo condições de o empresariado crescer e evoluir?", questiona Berti.

pingos e respingos

Homenagem a Pedro Melo

Arquivo Ibracon

Pedro Melo recebe medalha das mãos de Claudio Mac-Knight

Pedro Melo, secretário do Conselho de Administração do Ibracon, foi homenageado com a medalha Joaquim Monteiro de Carvalho, na festa de comemoração dos 67 anos do CRC/SP. A condecoração foi entregue por Cláudio Mac-Knight Filippi, atual presidente do CRC que, na ocasião, ocupava a vice-presidência de Administração e Finanças do órgão.

O presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti, prestigiou o evento, ao lado do presidente da 5ª Regional, Adelino Dias Pinho.

Mais qualidade da informação

O Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), órgão que substitui o Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), emitiu um normativo exigindo que as sociedades de grande porte, ainda que não de capital aberto, informem em seus cadastros no Sped - Sistema Público de Escrituração Digital o nome do auditor independente responsável pela auditoria, de acordo com a Lei 11.638/07, bem como seu respectivo registro junto à Comissão de Valores Mobiliários.

A norma atende a solicitação do Ibracon e, nas palavras do presidente Eduardo Pocetti, "representa uma importante conquista para que a 11.638 seja cumprida e haja melhoria da qualidade das informações financeiras dessas sociedades".

Em memória

José Rojo Alonso, presidente do CRC/SP (1972-1973) e do Ibracon (1982-1984), falecido em 15 de abril de 2013), foi escolhido como patrono do Diploma de Mérito, entregue pelo CRC/SP aos 91 melhores formandos das faculdades de Ciências Contábeis e dos cursos técnicos em Contabilidade de São Paulo. Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Regional, representou o Ibracon e foi o orador em nome das entidades congraçadas no evento.

Luiz Fernando Nóbrega, na ocasião ainda no exercício da presidência do CRC/SP, homenageou Rojo Alonso, enaltecendo o "valor e a dedicação de um profissional exemplar, que deixa um legado profissional, intelectual e um exemplo de abnegação".

Arquivo Ibracon

Luiz Fernando Nóbrega e Adelino Dias Pinho premiam formando

Alinhamento

O Ibracon participou de reunião no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para discutir os procedimentos relativos à regulamentação da Lei 9.613/98 para os profissionais da contabilidade e, em especial, para os auditores independentes com registro na CVM - Comissão de Valores Mobiliários. O encontro contou, ainda, com as presenças de representantes do Conselho Federal de Contabilidade, da CVM e do Banco Central. Um dos pontos discutidos foi a dificuldade enfrentada pelos auditores e as firmas de auditoria para fazer sua habilitação no Sistema de Controle de Atividades Financeiras (Siscoaf) para o CFC e a CVM, uma vez que só existe a opção de um regulador.

Abrasca no Ibracon

O Ibracon participou do encontro realizado pela Comissão de Auditoria e Normas Contábeis da Abrasca - Associação Brasileira de Companhias Abertas. Vania Borgeth, que representa a Abrasca no Isar (Grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Políticas de Divulgação de Informações), fez uma apresentação sobre a 30ª reunião do Isar, realizada na Suíça.

2ª Regional

Marcelo Guerra, presidente da 2ª Regional do Ibracon, participou da posse da nova diretoria executiva do Sindiconpe - Sindicato dos Contabilistas do Estado de Pernambuco. O presidente Rosivaldo Justino Silva e o vice Harry Barbosa foram reeleitos. O Estado de Pernambuco conta com mais de 13 mil contabilistas.

Arquivo Ibracon

Marcelo Galvão Guerra ao lado de Geraldo de Paula Batista, presidente do CRC/PE, Rosivaldo Justino, Alba Ananias e Cícero da Silva

Novos diretores

A 5ª Regional do Ibracon elegeu dois novos diretores: Carlos Augusto Pires, para a Diretoria Técnica, em substituição a Carla Bellangero; e Renato Barbosa Postal, para a Diretoria de Desenvolvimento Profissional, até então ocupada por Tadeu Cendón. Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Regional, agradeceu a dedicação dos ex-diretores.

Arquivo Ibracon

Carlos Augusto Pires, Adelino Dias Pinho, Marcos Sanches, Tadeu Cendón, Renato Barbosa Postal e Marco Aurelio Fuchida

Posse no CFC

Divulgação CFC/Robson Ceseo

O presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti, participou da solenidade de posse da nova diretoria do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), realizada no Memorial JK, em Brasília. Ele destacou as conquistas que elevaram o respeito à profissão e afirmou que os trabalhos desenvolvidos pelo CFC em parceria com o Ibracon terão continuidade nesta nova gestão.

Personalidade do ano

Antoninho Marmo Trevisan ao lado de Pocetti, que recebe o prêmio das mãos de José de Souza, presidente da Fecontesp

O presidente da Nacional do Ibracon, Eduardo Pocetti, foi homenageado como "Personalidade do Ano de 2012" pela Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo (Fecontesp), em sessão solene comemorativa dos 66 anos da entidade. Pocetti agradeceu a homenagem e afirmou que ninguém chega a lugar nenhum sozinho.

"A ética, o respeito, a transparência e o amor pela contabilidade me guiaram na profissão e na vida. E essa homenagem só vem confirmar que escolhi o caminho certo", destacou o presidente do Ibracon.

PROCURA-SE

Os trabalhos mais relevantes

★ para a área de ★

Contabilidade e Auditoria Independente

RECOMPENSA

★ Uma viagem internacional ★

Aguarde!

Prêmio Transparência
Universitário

Prêmio Transparência
Jornalismo

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL
www.ibracon.com.br

Comunicação Ibracon

Ibracon participa do Conselhinho

INSTITUTO SUBSIDIA DECISÕES EM PROCESSOS QUE ENVOLVEM CONTABILIDADE E AUDITORIA

Conhecido como "Conselhinho", o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) é um importante órgão do Ministério da Fazenda, criado em 1985 e que, em 1995, assumiu a competência de julgar recursos contra decisões do Banco Central relativas à aplicação de penalidades por infrações à legislação cambial, de capitais estrangeiros e de crédito rural e industrial. Até então, o Conselho Monetário Nacional (CMN) era o responsável por esses julgamentos.

Portanto, cabe ao Conselhinho o julgamento, em segunda e última instância administrativa, dos recursos interpostos às decisões relativas às penalidades administrativas aplicadas pelo Banco Central, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Mais recentemente, ele passou a apreciar, também, os recursos de processos administrativos originados do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf).

O Ibracon está representado no CRSFN pelo ex-presidente Francisco Papellás Filho (2006/2008). "O Conselhinho é constituído por detentores de conhecimento especializado em assuntos relativos aos mercados financeiro, de câmbio, de capitais, de consórcios e de crédito rural e industrial", explica Papellás.

"O papel do Ibracon é auxiliar os demais conselheiros na compreensão dos processos que envolvam contabilidade e auditoria", explica o ex-presidente que, antes de assumir a direção do Ibracon, já havia atuado como diretor de Assuntos Técnicos da 5ª Regional (SP) e ocupado cargos na Diretoria Nacional.

Ed Guimarães

FRANCISCO PAPELLÁS FILHO

"O Ibracon sempre atuou como liderança nas discussões envolvendo contabilidade e auditoria, debatendo a necessidade de avanços dessas áreas no Brasil, similarmente ao que ocorria em outros mercados. Mais recentemente, o Instituto colaborou de forma decisiva para a convergência das normas brasileiras às normas internacionais, o que era imprescindível para a adequada inserção das empresas brasileiras nos mercados internacionais", diz.

O Conselhinho é um órgão colegiado, que tem composição paritária e é formado por quatro integrantes do Governo Federal e quatro de entidades de classe dos mercados, com igual número de suplentes. As entidades de classe que integram o Conselhinho são a Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto (Abrasca), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), a Comissão Nacional de Bolsas (CNB), a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), a Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias (Ancord); o Conselho Consultivo do Ramo Crédito da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB/Ceco), e o Ibracon.

Prêmio Transparência anuncia vencedores

O júri do **Prêmio Transparência** acaba de selecionar os trabalhos vencedores da edição de 2013 nas categorias Jornalismo e Universitário. Os selecionados ganharam uma viagem a Londres, na Inglaterra. O Prêmio Transparência foi criado em sintonia com a missão do Instituto de manter a confiança da sociedade na atividade de auditoria independente e a relevância da atuação profissional, salvaguardando e promovendo os padrões de excelência em contabilidade e auditoria independente.

O **Prêmio Transparência de Jornalismo**, na categoria Centro-Oeste, Norte e Nordeste, ficou com Maristela Girotto, que publicou a reportagem *Ambiente regulatório prudencial e a convergência de normas das instituições financeiras*, na edição de julho/agosto de 2013 da *Revista Brasileira de Contabilidade*. Na categoria Sudeste e Sul, o vencedor foi o jornalista Fernando Torres, pela reportagem *Passivo com aposentadoria vai aumentar*, publicada em janeiro de 2013 no jornal *Valor Econômico*.

Em sua reportagem, Maristela Girotto afirma que "a partir do início dos trabalhos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o Brasil começou a realizar a convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão International Financial Reporting Standards (IFRS). Desde o início, o Banco Central do Brasil (BCB) vem participando do CPC, como membro convidado, e passou a utilizar o IFRS em suas próprias demonstrações no ano de 2006, segundo o presidente da instituição, Alexandre Tombini. Isso ocorreu bem antes da edição da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. No âmbito das instituições financeiras, reguladas pelo Banco Central e Conselho Monetário Nacional, a convergência ao IFRS segue a passos lentos".

O jornalista Fernando Torres, em sua matéria, analisa o efeito da queda de juros em um grupo de companhias por conta da "atualização dos compromissos dessas empresas com planos de pensão de benefício definido de seus funcionários, modalidade existente principalmente em empresas estatais e privatizadas".

O **Prêmio Transparência Universitário** foi outorgado a Adalene Olivia Silvestre, orientanda do professor Fernando Andrade Pereira, ambos da Universidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Em seu trabalho *Auditoria Independente: um estudo sobre o conteúdo dos relatórios das demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros*, ela analisa o conteúdo dos relatórios de auditoria independente divulgados pelos clubes de futebol da Série A do Campeonato Brasileiro e verifica quais foram os principais fatores que motivaram a emissão de relatórios modificados. "A amostra reúne os relatórios de auditoria independente (RAI) de 22 clubes nos exercícios de 2010 e 2011. Os resultados revelam que, desse total, 18 apresentaram RAI modificado em cada ano", constata Adalene.

A 4ª edição do Prêmio Transparência, voltada a jornalistas e estudantes de Ciências Contábeis, será lançada em breve. As informações podem ser acompanhadas no Portal do Ibracon, www.ibracon.com.br.

Mike Boyland/ThinkStock

4ª Conferência Ibracon

Já estão abertas as inscrições para a 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, promovida pelo Ibracon.

O maior evento da profissão será realizado dias 18 e 19 de agosto, no Amcham Business Center, em São Paulo, com vagas limitadas.

A conferência será aberta pelo presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti.

A pauta do encontro está diversificada. No primeiro dia, o temário aborda responsabilidade do auditor, atualidades das IFRS, novo relatório de auditoria, entre outros assuntos relevantes da profissão.

O segundo dia será dedicado às Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP), com palestras, painéis e debates abrangendo diferentes temas, como gestão e oportunidades de negócios para esse segmento do mercado, até transparência para as PMEs, clientes em potencial das firmas de menor porte.

Informações no Portal do Ibracon: www.ibracon.com.br, que oferece condições especiais para associados. Tire suas dúvidas pelo telefone (11) 3372-1223.

Programação

dia 18/8/2014

8h	Abertura Eduardo Pocetti, presidente do Ibracon
8h30	Palestra: Cenários e perspectivas da economia
9h30	Café
10h	Painel: Novo relatório do auditor independente
11h45	Almoço
13h15	Painel: Limitação da responsabilidade do auditor independente
15h15	Café
15h45	Painel: Atualidades das IFRS
17h30	Coquetel

dia 19/8/2014

8h30	Palestra: FAPMP
10h	Café
10h30	Painel: O desafio na gestão das FAPMP
12h15	Almoço
13h45	Palestra: Acesso ao mercado pelas FAPMP – Derrubando barreiras
15h30	Painel: Transparência das PMEs
17h15	Encerramento

Lei anticorrupção: divisor de águas para os negócios

No dia 29 de janeiro, entrou em vigor a Lei nº 12.846/2013, comumente denominada lei anticorrupção, que promete ser um divisor de águas na relação entre empresas e o setor público no Brasil, pois estabelece elevadas sanções e prevê a responsabilidade objetiva, civil e administrativa, das companhias envolvidas em atos considerados lesivos à administração pública nacional e estrangeira.

Empresas envolvidas na prática dos atos lesivos previstos na lei ficarão expostas e as autoridades terão maior facilidade para aplicar sanções. Na linguagem técnica, a figura da responsabilidade objetiva dispensa a comprovação de culpa ou intenção da parte envolvida na prática do ato lesivo, seja na forma de uma ação ou omissão, o que facilita a aplicação de sanções. As sanções previstas na lei incluem a aplicação de multas e outras penas que afetarão diretamente o patrimônio das companhias e penas de caráter reputacional.

Na esfera administrativa, será possível exigir a reparação integral do dano causado, aplicar multa de 0,1% a 20% do faturamento bruto anual, requerer a publicação da decisão condenatória em meios de comunicação de grande circulação e o registro da empresa no Cadastro Nacional de Empresas Punidas, medidas com impacto reputacional importante.

No âmbito judicial, a pessoa jurídica poderá ser condenada a perder os bens, direitos ou valores obtidos na infração, ter suas atividades suspensas, ser proibida de receber benefício de entidades públicas e, em alguns casos, ser dissolvida compulsoriamente.

Além de corrupção *stricto sensu*, a lei considera ilícitos diversos atos praticados no contexto de licitações e contratos administrativos. Assim,

EMPRESAS DEVERÃO COMPROMETER-SE A ADOTAR CULTURA DE *COMPLIANCE*

grandes serão os riscos para empresas que atuam em setores regulados ou caracterizados por grande interação com a administração pública. Daí a importância do desenvolvimento de mecanismos de prevenção que sejam efetivos.

Programas de *compliance* são instrumentos importantes para disseminar uma cultura de cumprimento às regras, princípios e valores eleitos pela empresa, bem

como para prevenir problemas e reduzir sanções.

Tais mecanismos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia serão considerados na hora de se definir penas e podem funcionar como atenuantes por ocasião da sua aplicação. A forma como esses procedimentos serão avaliados ainda depende de regulamentação do Executivo, que deverá abordar outros pontos da lei que vêm gerando dúvidas.

No entanto, o texto já inclui o adjetivo "efetivo" como qualificador desses programas. Ou seja, não será possível afirmar que a empresa adota mecanismos de *compliance*, mas eles não funcionaram muito bem. A alta administração das empresas deverá comprometer-se a adotar cultura de *compliance* na condução dos negócios.

Enquanto aguardamos a regulamentação específica, vale observar os padrões internacionais estipulados por organizações relevantes como a ONU, o Banco Mundial e a OCDE, bem como a experiência dos Estados Unidos. Para o Departamento de Justiça dos EUA e a Securities and Exchange Commission, a CVM norte-americana, não há fórmula pronta para avaliar esses programas de prevenção interna das companhias. Na prática, os órgãos analisam se o programa está bem estruturado, se está sendo aplicado de boa-fé e se tem funcionado. Para se sair bem na avaliação, as empresas precisam investir tempo, dinheiro e recursos humanos no desenvolvimento de tais programas.

MECANISMOS INTERNOS DE INTEGRIDADE, AUDITORIA E INCENTIVO À DENÚNCIA PODEM FUNCIONAR COMO ATENUANTES

Ressalte-se que esses esforços têm sido recompensados. Programas de *compliance* auxiliam as empresas na prevenção e na rápida detecção de possíveis ilícitos cometidos, fator que reduz a exposição a processos e investigações abertas pelo Poder Público.

Além disso, a experiência norte-americana mostra que programas de *compliance* podem ser o principal responsável pela diminuição – ou até pela não aplicação – de punições a empresas. Em abril de 2013, os órgãos reguladores dos EUA analisaram um caso importante envolvendo infração ao FCPA e deixaram de condenar a empresa por ter criado e implementado um programa de *compliance* efetivo, que era atualizado e objeto de treinamentos regularmente. Acredita-se que, aqui, o caminho deve ser parecido.

André Maceira

Divulgação

ADRIANA DANTAS E LUIZ EDUARDO ALCÂNTARA SÃO, RESPECTIVAMENTE, SÓCIA E ADVOGADO DO BM&A – BARBOSA, MÜSSNICH & ARAGÃO

Com a contabilidade no sangue e na alma

O CASAL SZUSTER CARREGA AS CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO DNA E TRANSMITE O AMOR À PROFISSÃO ÀS FILHAS E AOS ALUNOS

"Quem sai aos seus não degenera" – o ditado popular é bastante apropriado à família Szuster, formada pelo casal Natan e Fortunée e as filhas Fernanda e Flávia. Muito queridos entre os colegas e reconhecidos no mercado pela qualidade intelectual e acadêmica, o casal conseguiu passar às filhas e aos genros o DNA do amor à contabilidade.

Natan, o pai, se formou em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas em 1976, fez mestrado na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (1980) e doutorado em Contabilidade (1985), também na USP. O pós-doutorado foi realizado em 1995, na Universidade de Illinois (EUA). Hoje, ele integra o corpo docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

Fortunée Rechtman Szuster é mestre em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Finanças da Uerj e pós-graduada em Gestão de Negócios pela UFRJ; professora convidada do FGV Executivo Júnior e do Curso de Gestão de Negócios da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFRJ.

As filhas Fernanda e Flávia até tentaram ir para outra área e cursaram Comunicação por um ano. No entanto, tiveram mais afinidade com a carreira dos pais. Hoje, Fernanda Rechtman Szuster, 35 anos, é contadora no BNDES, e Flavia Rechtman Szuster, 33 anos, é contadora e professora de contabilidade da Uerj.

"O DNA contábil pode ter sido cultivado de forma subliminar, pois sempre viajamos juntos para assistir às palestras e aulas de nosso pai e frequentamos ambientes com pessoas ilustres como o professor Eliseu Martins, Sérgio de Iudicibus e José Carlos Marion", contam as irmãs.

O genro Ricardo Lopes Cardoso também trabalha no meio acadêmico, é colega dos sogros e da cunhada na Uerj. "O pai dele foi professor de curso técnico de contabilidade. E quis o destino que fizesse mestrado comigo e conhecesse Fernanda, que se tornou sua esposa", diz Fortunée.

Ariel, marido de Flávia, graduado e mestre em Veterinária, está cursando Ciências Contábeis. "Fica a dúvida: será que vamos passar a contabilidade para os netos?", brinca o casal.

De uma coisa eles estão certos: "Na vida, só conseguimos transmitir algo se é feito através de exemplo e com o coração", afirmam.

Não por acaso, essa filosofia tem trazido bons frutos para a família, pessoal e profissionalmente. "Desenvolvemos um

raciocínio contábil, assim como muitos amigos desse setor, e tal fato nos manteve ainda mais ligados. A vontade de escrever um livro juntos foi como selar este compromisso familiar", comenta a filha Flávia sobre o livro *Contabilidade geral – Introdução à contabilidade societária*, projeto realizado em família, que já está na quarta edição. A obra é atualizada anualmente por todos os membros da família.

36 anos de paixão

Enquanto morava em Belo Horizonte, o objetivo de Natan Szuster era ser jornalista. Mas ele trocou de plano aos 15 anos, ao se mudar com a família para o Rio de Janeiro. Como precisava arranjar emprego rapidamente, foi orientado por uma tia a se matricular no curso técnico de contabilidade. A partir desse primeiro passo, conseguiu uma vaga no extinto Instituto Superior de Estudos Contábeis da Fundação Getúlio Vargas e concluiu o mestrado e o doutorado pela USP.

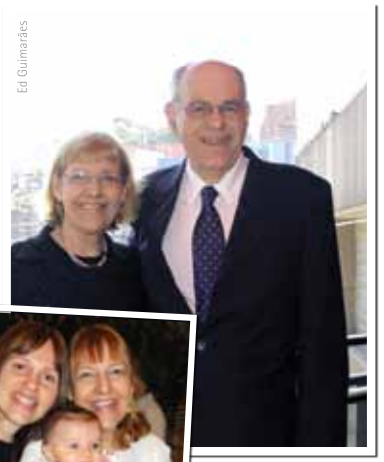
Fortunée Rechtman Szuster, por sua vez, teve as primeiras noções de contabilidade no comércio do pai, no Rio, mas cursou Serviço Social e atuou na área por mais de 20 anos. Sua entrada oficial no meio contábil aconteceu depois da aposentadoria, em 1997. Convidada a assistir às aulas do marido, ela decidiu especializar-se na área.

Casados há 36 anos, eles se conheceram em um grupo universitário, em 1974. Desde a graduação, ambos trabalhavam em parceria. "Quando Natan precisava preparar suas aulas, eu fazia as transparências, revisava os artigos, a dissertação. No Serviço Social, ele me ajudava a organizar os projetos, além de participar juntamente com nossas filhas das atividades desenvolvidas na Associação dos Diabéticos da Lagoa ou no Lar da Esperança, instituições em que atuei, graças à ajuda familiar", relembra.

O casal e as duas filhas passaram o ano de 1995 na Universidade de Illinois, onde Natan fez pós-doutorado antevendo o processo de convergência à contabilidade internacional no Brasil. "Era um momento de grande interesse pela contabilidade norte-americana, o USGaap, já que as empresas estavam motivadas a captar recursos no exterior", conta Natan. A família Szuster acompanhou a convergência ao IFRS, o avanço das tecnologias de informação e a inserção do País na economia global, entre outras grandes transformações que afetaram o setor contábil.

Arquivo da família

FERNANDA COM O MARIDO RICARDO E AS FILHAS JULIANA E CAROLINA


Ed Guimarães

FORTUNÉE E NATAN, CASADOS HÁ 36 ANOS

Arquivo da família

FLÁVIA E A FILHA SARAH, COM FORTUNÉE

Com tanto *background* de ensino e mercado, Fortunée e Natan dedicam-se à docência na Uerj, introduzindo uma nova metodologia de ensino em que o aluno recebe atendimento individualizado, aprende finanças pessoais, melhora seu relacionamento familiar (há palestras com pais), desenvolve trabalho de campo e faz prova em inglês contábil. "Ao final do primeiro ano, alguns já iniciam estágios em empresas e planejam intercâmbio no exterior", contam.

Mas o casal de acadêmicos aponta que ainda há certo despreparo dos estudantes, o que tem grande peso nas reprovações no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade. "Verifica-se que há um foco específico dos alunos. Uma parte relevante começa a estudar com afinco para concursos públicos no quinto período, mas esse conhecimento não será suficiente para a prova do CFC", dizem.

Os Szuster avaliam que a formação do contador é tão complexa que poderia haver maior integração curricular, com professores de estatística, economia e administração que tivessem especialização em contabilidade. "Um grande problema para o aluno é obter conhecimentos aplicáveis de matemática e estatística, pois, em muitos casos, as aulas não apresentam vínculo com a Ciência Contábil", diz Natan.

A metodologia Szuster de ensino tem como base o debate entre a vida acadêmica e a profissional (do mercado de trabalho) e o estudo constante para aperfeiçoamento. Afinal, a contabilidade caminha para a convergência global. E o profissional precisa acompanhar essa visão ampla e abrangente do mundo.

Ibracon emite novos Comunicados Técnicos

Neste início de ano, o Ibracon emitiu novos Comunicados Técnicos (CT), orientando os profissionais sobre assuntos relevantes, como a Medida Provisória 627/13, as comunicações com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e em atendimento a normas do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Acesse a íntegra dos textos no Portal do Ibracon.

Comunicações com o Coaf

O primeiro CT do ano foi emitido no dia 10 de janeiro e trata das comunicações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), em atendimento aos requisitos da Lei nº 9.613/98, alterada e consolidada pela Lei nº 12.683/12, e aos regulamentos editados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

De acordo com informação emitida pela CVM, em resposta ao Ibracon, a instrução CVM 301, também alterada pela Instrução CVM 534, está em vigência desde junho de 2013.

O CT orienta sobre os procedimentos de controle interno de prevenção aos crimes previstos na Lei nº 9.613, controle de clientes e serviços e registro dos serviços prestados previstos na Resolução CFC nº 1.445/13. Também esclarece sobre a carta de contratação, a identificação e avaliação dos riscos por meio do entendimento da entidade, a materialidade a ser utilizada na auditoria (ou revisão) das demonstrações contábeis e a identificação de transações efetivas ou propostas de operações ou transações passíveis de comunicação ao Coaf, entre outros tópicos.

Impactos da MP 627

O CT 02/14, datado de 21 de fevereiro, revisa o comunicado de mesma numeração, que orienta os auditores independentes sobre o entendimento a respeito dos procedimentos adotados, ou a serem adotados, pela administração das entidades na avaliação dos assuntos contidos na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013.

O CT foi revisado, para um melhor entendimento, e tem por objetivo orientar os auditores independentes sobre o entendimento a respeito dos procedimentos adotados, ou a serem adotados, pela administração das entidades, relativos à avaliação dos impactos das disposições contidas na medida provisória e na Instrução Normativa 1.397 (IN 1397), de 16 de setembro de 2013, para fins de elaboração das demonstrações contábeis emitidas a partir da edição da MP 627.

Contribuições ao Fundo de Compensação de Variações Salariais

A revisão, datada de 31 de janeiro, atualiza o CT 09/2012 (emitido em 25 de setembro de 2012), que trata da emissão de relatórios de auditoria sobre a base de contribuições dos agentes financeiros ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

Revisado pelo GT Instituições Financeiras do Ibracon e aprovado na CNNT, a Comissão Nacional de Normas Técnicas do Instituto, o documento orienta a execução dos trabalhos e emissão de relatórios de auditoria sobre a base das contribuições dos agentes financeiros (ou entidades) ao FCVS.

As alterações introduzidas na versão revisada estão substancialmente relacionadas com a necessidade de identificação do agente financeiro no relatório dos auditores independentes para atendimento do Conselho Curador do FCVS.

A íntegra do CT está no portal www.ibracon.com.br

Ferramenta essencial para contadores, auditores independentes, auditores internos e empresas

2013

Associado Ibracon, adquira logo o seu!

A obra Normas Internacionais de Relatório Financeiro, em dois volumes, inclui as últimas versões consolidadas de todas as IFRS, incluindo as IFRS, IAS e Interpretações. Estão incluídas, ainda, as alterações às normas com data de vigência posterior a 1º de janeiro de 2013.

A publicação traz a seção Mudanças nesta Edição, que é um guia resumido das alterações promovidas nas normas internacionais desde a edição de 2012.

A versão em português já está disponível nos formatos impresso e eletrônico.

Livro ou E-book

De ~~340,00~~

Por R$ 240,00

(Economize R$ 100,00)

Combo: Livro + E-book

De ~~540,00~~

Por R$ 390,00

(Economize R$ 150,00)

Valores exclusivos para associado Ibracon

Comunicação Ibracon

Venda exclusiva: www.lojaibracon.com.br

Caso não seja associado Ibracon, acesse a loja e confira os valores.

Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Único Órgão autorizado pela IFRS, no Brasil, a editar e traduzir a publicação.

Edição limitada

www.ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Nacional
Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

Seções Regionais

1ª Seção
Rua Azevedo Bolão, 28
60450-675, Fortaleza, Ceará
Fone/fax: (85) 3065-1099
ibraconprimeira@yahoo.com.br

2ª Seção
Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175
ibraconsegunda@smartsat.com.br

3ª Seção
Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br

4ª Seção
Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção
Rua Maestro Cardim, 1170,
8º e 9º andares
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br

6ª Seção
Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibracon.com.br

9ª Seção
Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br